

“O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Sertão do Araripe pernambucano” inaugura a série “Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos” do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana da UFPE. O livro apresenta uma reflexão sobre o processo de mobilizar o enfrentamento em rede a esta grave violação dos direitos humanos. Esperamos que a discussão auxilie a mobilizar e instrumentalizar técnicos e ativistas para a promoção dos Direitos Sexuais de crianças e adolescentes.

PPGA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



FAGES
Faculdade de Artes e Letras



PERNAMBUCO



FADE



Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Diagnóstico e Estratégias de Enfrentamento



9 781500 000000

O Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Sertão do Araripe - Pernambuco

Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos

O Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Sertão do Araripe Pernambucano

Editora
Universitária UFPE



**O Enfrentamento da Violência Sexual Contra
Crianças e Adolescentes no Sertão do Araripe
Pernambucano**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS

HUMANOS

Paulo de Tarso Vannuchi

SECRETÁRIA DE PROMOÇÃO DOS

DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE

Carmen Silveira de Oliveira

**COORDENADORA DO PROGRAMA
NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA**

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Leila Paiva

**REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO**

Prof. Amaro Lins

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE

PERNAMBUCO

Profa. Solange Coutinho

DIRETOR DE EXTENSÃO DA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE

PERNAMBUCO

Prof. Ivan Melo

Luís Felipe Rios, Jaileila de Araújo Menezes-Santos, Emilia Miranda,
Clebes dos Ramos Silva, Cristiano Soares, Kátia de Melo, Marina Prazeres,
Miriam Maia, Eliane de Aguiar

O Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Sertão do Araripe Pernambucano

Editora  Universitária UFPE

Recife - 2009

Copyright © 2009 - Secretaria Especial
dos Direitos Humanos – SEDH

Distribuição Gratuita

Secretaria Especial dos Direitos
Humanos
Esplanada dos Ministérios - Bloco T -
Anexo II do Ministério da Justiça -
Sala 420
CEP 70064-900 - Brasília /DF

A reprodução do todo ou parte deste
documento é permitida somente para
fins não lucrativos e com a autorização
prévia e formal da SEDH/PR.

Título: O enfrentamento da violência
sexual contra crianças e adolescentes
no Sertão do Araripe pernambucano

Autoria: Luís Felipe Rios, Jaileila de
Araújo Menezes-Santos, Clebes dos
Ramos Silva, Cristiano Soares, Emilia
Miranda, Kátia de Melo, Marina
Prazeres, Miriam Maia
Eliane de Aguiar

As informações e opiniões aqui
expressas e em seus anexos são de
responsabilidade dos autores.

Tiragem desta edição: 500 exemplares
impressos

Impresso no Brasil

1ª edição : 2009

Capa: Fábio Marins/PROEXT
Design gráfico: Luís Felipe Rios
Editoração eletrônica: Luís Felipe Rios
Revisão: David Handerson Coelho

Presidente: Profª Gilda Maria Lins de Araujo

Titulares: Álvaro Barrantes Hidalgo, Anco Márcio Tenório Vieira, André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Benício de Barros Neto, Christine Paulette Yves Rufino Dabat, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Zanon de Oliveira Passavante, Kátia Cavalcanti Porto, Livia Suassuna, Patrícia Cabral de Azevedo Restelli Tedesco.

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes, Augusto César Pessoa Santiago, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Gorki Mariano, Izaltina Azevedo Gomes de Mello, Ivandro da Costa Sales, José Dias dos Santos, José Gildo de Lima, José Wellington Rocha Tabosa, Vera Lúcia Menezes Lima.

EDITORA EXECUTIVA
Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no sertão do Araripe Pernambucano / Luís Felipe Rios... et al. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009.

86 p. : il., tab. - (Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos)

Vários autores

ISBN 978-85-7315-674-4 (broch.)

1. Violência sexual - Crianças e adolescentes. 2. Violência sexual - Pernambuco - Sertão do Araripe. I. Rios, Luís Felipe.

343.541
362.76

CDU(2.ed.)
CDD(22.ed.)

UFPE
BC2007-170

Série - Gênero, Sexualidade e
Direitos Humanos

Comitê Editorial da Série:

Ívia Maksud (UFF), Jaileila de
Araújo Menezes-Santos (UFPE),
Karla Galvão Adrião (UFPE), Lady
Selma Albernaz (UFPE), Luciana
Vieira (UNICAP), Luís Felipe Rios
(UFPE), Marion Teodósio de
Quadros (UFPE), Paula Sandrine
Machado (UNISINOS)

Este material faz parte das
atividades realizadas na
Universidade Federal de
Pernambuco concernentes ao
Programa de Ações Integradas e
Referenciais de Enfrentamento da
Violência Sexual Infanto-juvenil no
Território Brasileiro (PAIR) –
convênio 054/2006

Obra aprovada pelo Comitê
Editorial da Secretaria Especial dos
Direitos Humanos, conforme ofício
no. 556/2009-
GAB/SPDCA/SEDH/PR

Sumário

<i>A</i> presentação	08
<i>I</i> ntrodução	10
<i>1</i> Violência sexual contra crianças e adolescentes	16
<i>2</i> Trindade - A lógica da violência sexual	24
<i>3</i> Araripina - Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes	37
<i>4</i> Ouricuri - A <i>via crucis</i> do abuso sexual.....	49
<i>5</i> Enfrentamento em rede - Desafios no Pólo Gesseiro	58
<i>6</i> Sobre os avanços e os retrocesso	61
<i>A</i> lgo há de ficar!	76
<i>R</i> eferências	77
<i>S</i> obre os autores	82
<i>A</i> nexos	83

Apresentação

Coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH, no âmbito da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA, o PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro é uma das ações fundamentais da política nacional do Governo Federal coordenado pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Implantando nos estados e municípios brasileiros uma metodologia de articulação de políticas, orientada pela Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente e, tendo por base os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, o PAIR possibilita a criação ou o fortalecimento das redes locais por meio de ações integradas de mobilização, diagnóstico, capacitação e organização de serviços. Trata-se, sem dúvidas, de um significativo avanço na política dos direitos de crianças e adolescentes em nosso país, tanto por valorizar o processo

de municipalização, quanto por sua inovação de propor ferramentas para a intersetorialidade e construção de ações geo-referenciadas

Alguns estados e municípios têm gerado produtos indicativos da consolidação do Programa. É o caso das publicações da série Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, elaboradas a partir do convênio dessa Secretaria e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE.

Com as publicações “Violência sexual contra crianças e adolescentes – reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento” e “O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Sertão do Araripe Pernambucano”, trazemos, através dessa parceira, a pretensão de que estas obras, sistematizadas a partir da experiência do PAIR em Pernambuco, subsidiem o processo de capacitação continuada dos agentes da rede de proteção à criança e ao adolescente, contribuindo para a compreensão do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, assim como das questões que atravessam ou se colocam de maneira

transversal a essa temática, bem como para o aprimoramento das políticas públicas e das competências e habilidades dos agentes locais.

A experiência de implantação do PAIR neste estado demonstra, mais uma vez, que o impacto das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios brasileiros depende, fundamentalmente, da necessária pactuação em todos os níveis do governo, mas também da implicação de cada ator que atua no sistema de garantia de direitos, e ainda da mobilização de diversos segmentos da sociedade, incluindo a participação da infância e adolescência em processos de auto-proteção e formulação das políticas na área. Ou seja, um processo construído na horizontalidade, uma das premissas metodológicas do PAIR e consoante com este novo momento da nação brasileira, em que se afirma o Brasil como país de todos.

Carmen Silveira de Oliveira
Subsecretaria de Promoção dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Introdução

Este livro relata uma experiência de enfrentamento da grave problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto do Sertão do Araripe pernambucano. Processo que começou a ser gestado no final de 2006, quando a Secretaria Especial de Direitos Humanos convidou a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para coordenar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro (PAIR) no estado.

A UFPE aceitou o desafio, formando uma equipe que articulou professores e estudantes do Programa de Pós-graduação em Psicologia, vinculados ao Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana, ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas e ao Laboratório de Interação Social e Desenvolvimento Humano, técnicos da Pro-reitoria de Extensão e estudantes da graduação em Psicologia e em Pedagogia. Vale destacar que a equipe contou, ao longo do processo, com a assessoria de um conjunto de instituições que,

de algum modo, estavam comprometidas com o enfrentamento da problemática.¹

Sobre o programa

O PAIR tem como principal meta fortalecer o enfrentamento em rede da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tal, segue uma metodologia (PAIR, 2007) que compreende um conjunto de ações estratégicas, articuladas por uma perspectiva de envolvimento participativo de diferentes atores, ligados a instituições variadas, os quais deveriam estar

¹ Fundação Joaquim Nabuco; Governo do Estado de Pernambuco; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Recife; Prefeitura da Cidade do Recife; Prefeitura Municipal de Ouricuri; Prefeitura Municipal de Trindade; Prefeitura Municipal de Araripina; Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social; Umbu-Ganzá; Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ministério Público; Rede Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

envolvidos no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Do mesmo modo, reconhece que forças políticas diversas atravessam as respostas dos aparelhos institucionais ao fenômeno, que precisam ser reconhecidas, entendidas e articuladas. Também respeita os diferentes níveis de conhecimento dos atores sobre a problemática, que se desdobram em respostas já existentes (mais ou menos eficazes). Nesta linha, toma como ponto de partida para o conjunto de ações previstas, a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Com base neste diagnóstico seguem-se as demais ações previstas (Seminário do Plano Operativo Local, Capacitações, Monitoramento, Pacto Social e Assessoria Técnica), que visam sensibilizar, mobilizar e instrumentalizar teórica e tecnicamente os atores engajados na rede de enfrentamento, de forma a fazer com que esta se torne mais efetiva e eficaz.

Do plano ideal à prática de colocar um programa como o PAIR em ação, este livro apresenta uma compreensão da problemática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por ocasião do DRP, em abril de 2007, em três dos municípios, objeto do programa: Ouricuri, Trindade e Araripina.² Também, uma reflexão do que foi

² O trabalho de campo foi realizado entre os dias 16 e 19 de abril nos três municípios. Em cada município a coleta de dados durou, em média, um dia e meio, sendo entrevistados 27 atores-chave de Trindade, 28 em Araripina, e 18 em Ouricuri. Vale aqui destacar que a coleta dos dados buscou dar conta da realidade da problemática da

o processo de, nestas localidades, sensibilizar, mobilizar e instrumentalizar redes de enfrentamento.³

Sobre os municípios

Antes de passar para a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil, em Pernambuco e nos municípios, vale ainda neste momento inicial, dedicado às apresentações, circunstanciar um

violência sexual contra crianças e adolescentes em cada localidade, sendo entrevistados atores sociais chave em diferentes eixos institucionais que deveriam se envolver para uma resposta adequada e eficaz ao fenômeno da violência sexual: Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente; Defesa e responsabilização (Conselhos Tutelares, Juizado, Promotoria, Delegacia, Polícia Militar, Polícia Federal e Rodoviária Federal); Atendimento e prevenção (técnicos de serviços); Comunidades (lideranças comunitárias); Movimentos Sociais (atores das Organizações Não-Governamentais).

³ Vale destacar que a chegada do PAIR nos três municípios, em muito se deveu, a uma articulação entre os gestores dos três municípios ainda em 2006. Estes, conscientes da presença da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região, buscaram pela FUNDAJ a fim de realizar uma pesquisa que ajudasse a entender os determinantes sociais do fenômeno (FUNDAJ, 2006). Esta instituição não só realizou a pesquisa, como se envolveu em buscar respostas para a problemática, fazendo a ponte com o Governo Federal para que o PAIR chegasse aos municípios.

pouco mais a realidade sócio-econômica dos três municípios.

Araripina, Trindade e Ouricuri estão localizados na micro-região do Sertão do Araripe e, junto com Bodocó, Exu e Ipubi, fazem parte do Pólo Gesseiro pernambucano. A denominação vem do fato de todos eles estarem envolvidos com a extração da gipsita, matéria-prima para a produção do gesso. A região é responsável por 95% de todo o gesso produzido no Brasil.

O Sertão do Araripe possui um clima tropical e semi-árido quente, apresentando uma temperatura média anual de 24°C, ocorrendo um período seco de sete a oito meses por ano. Vale destacar a dificuldade que este clima oferece para a produção agrícola e para as condições de vida nesta região, frente às tecnologias utilizadas.

Nos três municípios a principal atividade econômica, em termos de arrecadação de impostos e participação no Produto Interno Bruto (PIB), recai sobre a indústria do gesso. No entanto, vale destacar que, segundo dados do IBGE (2000), apenas aproximadamente 12% da população economicamente ativa desenvolvem atividades ligadas às indústrias de extração e transformação. Cerca de 45% desenvolvem informalmente suas atividades no campo agropecuário (cultivo de mandioca e frutas diversas). A atividade agropecuária representa a segunda maior participação no PIB, com frequência da mão-de-obra informal de famílias que produzem para o auto-consumo e comercialização dos excedentes.

Conforme pesquisa de base populacional realizada nos três municípios pela FUNDAJ

(2006) a faixa etária da maioria dos chefes de família encontra-se entre 31 e 40 anos, onde cerca de 70% deles é do sexo masculino. Cerca de 80% destes homens chefes de família recebe, em média, um salário mínimo por mês. Destacamos que boa parte desta renda é complementada com programas de redistribuição de renda do governo federal, como o Bolsa Família, sobretudo para aqueles que não atingem a renda mensal de um salário mínimo por mês.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus sub-índices, estes, nos três municípios, sinalizam para uma leve melhora nas condições de desenvolvimento da população, apesar da renda dos habitantes dos municípios continuar baixa. O índice de Gini-Renda⁴ aponta, por sua vez, que há, nos três municípios, elevada desigualdade socioeconômica (Cf. PNUD, 2003).

Conforme o “Atlas do desenvolvimento humano no Brasil” (PNUD, 2003) a renda per capita média do município de Araripina cresceu 72,93%, passando de R\$ 66,38 em 1991 para R\$ 114,79 em 2000. A pobreza⁵ diminuiu 17,19%, passando de 78,9% em 1991 para 65,4% em 2000. No entanto, a desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou

⁴ O Gini-renda mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita.

⁵ Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

de 0,59 em 1991 para 0,68 em 2000. Em Trindade e Ouricuri a situação é muito semelhante.

No primeiro, a renda per capita média do município cresceu 141,60%, passando de R\$ 73,73 em 1991 para R\$ 178,13 em 2000. A pobreza, como em Araripina, também diminuiu. Neste caso 18,08%, passando de 77,1% em 1991 para 63,2% em 2000. A desigualdade, entretanto, também cresceu: o Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,79 em 2000. Em Ouricuri, a renda per capita média do município cresceu 61,55%, passando de R\$ 64,92 em 1991 para R\$ 104,88 em 2000. A pobreza diminuiu 11,60%, passando de 82,4% em 1991 para 72,8% em 2000. Também neste município a desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,64 em 1991 para 0,74 em 2000.

Análises apontam que os Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios da mesorregião do Araripe têm como um dos seus principais agentes impulsionadores negativos, as taxas de analfabetismo funcional da região (FUNDAJ, 2006). Neste sentido, mesmo ocorrendo uma diminuição no percentual de habitantes com mais de 25 anos de idade ainda analfabetos funcionais, os números ainda são significativos (PNUD, 2003). Nos municípios que compõem a microrregião do Sertão do Araripe, esses índices de analfabetismo estão relacionados com um baixo nível de desenvolvimento humano, grau elevado de desemprego e conseqüente exclusão social.

Também é importante sublinhar que, no Nordeste, 84,1% das crianças de até 14

anos encontram-se em situação de defasagem, no que se refere ao ensino, contra 51,8% no Sudeste (IBGE, s/d). Neste sentido, a pesquisa da FUNDAJ (2006) nos três municípios mostra que os jovens, principalmente os pertencentes a famílias de classes sociais menos assistidas, apresentam um grau de escolaridade muito aquém do esperado pelas metas do governo federal. Além disso, muitos deles precisam trabalhar para complementar a renda familiar. Neste contexto, mostra-se importante refletir sobre as relações existentes entre educação, trabalho e pobreza.

A Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002 constatou que 12,6% de crianças e adolescentes brasileiros com idade entre 5 a 17 anos estavam trabalhando. Dos ocupados, 5,2% tinham de 5 a 9anos, 49,8% tinham de 10 a 15 anos e 45,1%, 16 ou 17 anos. Ressalta-se que cerca de 42% destas crianças e adolescentes vivem no Nordeste. No Brasil, em 16,5% das famílias com membros de 5 a 17 anos há pelo menos uma criança ou adolescente que trabalha.

Entre as Grandes Regiões, o maior percentual novamente está no Nordeste (21,6%). A condição de pobreza é um aspecto que atinge a maior parte das crianças com idades entre 5 e 17 anos ocupadas no país: 23,2% delas pertencem a famílias do estrato de mais baixa renda (com rendimento familiar mensal de até ¼ de salário mínimo por pessoa). Na região, 40,1% das crianças ocupadas pertencem ao estrato de mais baixa renda. Em média, o rendimento das crianças

de 10 a 17 anos que trabalham representa 15,5% do rendimento familiar (IBGE, s/d).

A partir deste quadro, é importante lembrar a conexão estabelecida entre trabalho na infância e diminuição do desempenho escolar. O IBGE (s/d) revela que dos 7 aos 17 anos (idade esperada para a frequência ao ensino fundamental e médio), 68,6% das crianças que trabalham estão atrasadas na escola, enquanto, entre as que não trabalham, o atraso afeta 45,8%.

Pesquisa apresentada pelo MEC/EJA (1999) aponta que o estado de Pernambuco encontrava-se com o menor índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb). O estudo destaca a situação de analfabetismo funcional de mais da metade da população, o que justificaria o comprometimento do avanço tecnológico da região, além de limitar à participação popular nos processos de mudanças sociais e políticas dos municípios.

Para dinamizarmos nossa leitura sobre o fenômeno do analfabetismo funcional nos municípios, podemos dizer que este é tanto causador, mas, acima de tudo, resultado da falta de investimentos na região. Os dados pontam para a necessidade de mudanças estruturais que garantam fonte de renda digna a todas as famílias, de modo que as crianças e adolescentes possam permanecer na escola e se dedicar os estudos.

Sem se desdobrarem entre trabalhos enfadonhos, cansativos – e mesmo na exploração sexual comercial –, crianças e adolescentes teriam o tempo necessário para a leitura, para a elaboração das informações, para a construção do conhecimento.

Pensando junto com os diferentes documentos da ONU, que a educação (das crianças e de suas famílias) é um fator protetivo em relação ao cumprimento dos Direitos Humanos, em especial aos Direitos Sexuais (Advocaci, 2003), vê-se que a situação de conexão estrutural entre pobreza, trabalho, educação e violência é notadamente marcante no Nordeste – em particular na Região do Araripe, onde o sustento das famílias pobres muitas vezes parece depender diretamente do trabalho das crianças, configurando-se um quadro alarmante.

Os dados acima apresentados apontam para uma situação onde uma estruturação social perversa contribui para comprometer a vida e o bem-estar das pessoas, em especial de Crianças e Adolescentes. Apontam para fatores sócio-econômicos que, como buscaremos mostrar ao longo das próximas páginas, vão configurar, juntamente com aspectos culturais, o contexto para que a violência sexual surja e venha a engrossar o caldo de violações.

O que se segue

Feitas as devidas apresentações sobre o programa e sobre os municípios, destacamos que o próximo capítulo circunstancia, a partir da literatura e dados quantitativos disponíveis, a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes no país e em Pernambuco.

No capítulo dois, iniciaremos a apresentação dos resultados do Diagnóstico Rápido e Participativo. Nele, apresentaremos como se revela a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes em

Trindade, e o modo como o município com ela lida. Também discutiremos, à luz da bibliografia especializada, a lógica da violência sexual.

No terceiro capítulo, nos deslocaremos para Araripina e apresentaremos uma compreensão da situação e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município. Tomando como referência os dados que obtivemos neste município, aprofundaremos a discussão sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Os dados de Ouricuri serão discutidos no quarto capítulo. Seguiremos a mesma linha dos que os precederam, apresentando a situação e modo como o município se organizava, na ocasião do DRP, para enfrentá-la. Um estudo de caso, acompanhado pela equipe do PAIR quando da nossa visita, servirá de argumento para aprofundar a discussão sobre o abuso sexual infantil. O quinto capítulo sintetiza os principais achados do Diagnóstico Rápido Participativo, tendo em perspectiva os desafios para fomentar o trabalho em rede, objetivo das etapas subsequentes do PAIR.

O Sexto e último capítulo é dedicado à reflexão sobre os resultados da experiência. Descreveremos o modo como se deu, na região do Sertão do Araripe, a implantação das principais ações preconizadas pela Matriz do PAIR, após o DRP: Articulação Política, Plano Operativo Local e Capacitações. Analisaremos as questões de poder que marcaram todo o processo, e como estas, na medida do possível, foram equacionadas pela

equipe. Para além de identificar os avanços e retrocessos, nossa intenção no capítulo derradeiro é apontar o que aprendemos com a tarefa de implantar um programa de promoção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

A possibilidade do nosso trabalho inspirar novas ações é alinhavada nas considerações finais, intitulada “Algo há de ficar!”. É nessa expectativa que convidamos o leitor a continuar conosco, desbravando o sertão em uma de suas mais profundas e desafiantes problemáticas.

1. Violência sexual contra crianças e adolescentes

Desde 1990, com a aprovação da lei 8.069, Crianças e Adolescentes brasileiras são reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, ainda que considerados em situação especial de desenvolvimento. Esta lei institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal marco legal para orientar a garantia de direitos para estas categorias populacionais (BRASIL, 1990).

O ECA tem como marcos doutrinários a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Idade Mínima para Admissão no Emprego (1976), a convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher (1979) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) (cf. UNICEF, 2002; ADVOCACI, 2003; PIOVESAN e PIROTTA, 2003; REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA, 2004).

Tanto no marco internacional como no nacional, por entender-se que crianças e adolescentes estão diretamente

comprometidos em suas autonomias (em processo de constituição), considera-se que devem ganhar uma atenção especial do Estado na garantia dos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990). No que se refere aos crimes envolvendo crianças e adolescentes, o ECA estabelece a presunção de violência em relações sexuais entre adultos e adolescentes, caso a vítima seja menor de 14 anos, e inclui outras modalidades de violência sexual, associadas à pornografia e à exploração sexual comercial (VIANA E LACERDA, 2005).

De modo amplo, no que se refere especificamente à violência sexual, a Constituição Federal Brasileira define princípios fundamentais para o seu combate. O art. 5.o., que versa sobre os direitos individuais e coletivos, estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, e completa afirmando que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”, ademais estabelece que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Ainda no âmbito

da Constituição, o parágrafo 8º. do art. 226, determina a responsabilidade do Estado em assegurar “a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. No que se refere aos direitos da criança e adolescente, o art. 227 estabelece a obrigação da família, do Estado e da sociedade na proteção destes frente à exploração, violência, crueldade ou opressão, explicitando “o abuso, a violência e a exploração sexual” (VII, ss 4.o.). (VIANA E LACERDA, 2005)

O Código Penal em vigor classifica como crimes “contra a liberdade sexual”: o estupro, caracterizado como “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” (art. 213); o atentado violento ao pudor, definido como o constrangimento a ato libidinoso diverso da conjunção carnal (art. 214), podendo figurar como vítimas tanto homens como mulheres; a posse sexual mediante fraude (art. 216); atentado ao pudor mediante fraude (art. 216). Juntamente, o rapto com fins sexuais e a sedução de menores, o lenocídio e o ultraje ao pudor, são arrolados na parte de “crimes contra os costumes”. Na proposta de revisão do Código Penal, ainda não efetivada, estes crimes deixam de ter uma ênfase na ofensa da moralidade pública e passam a figurar como “crimes contra a dignidade sexual” (VIANA E LACERDA, 2005).

A legislação relativa à violência sexual vem sofrendo algumas modificações. Em 1994, a lei 8.930 incluiu o estupro e o atentado violento ao pudor entre os crimes

hediondos e, em 2001, a lei 10.224 acrescentou o crime de assédio sexual ao Código Penal, definindo-o como o ato de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Art. 216-A).

Ainda que contemos com as legislações locais e acordos internacionais, acima sintetizados, para pautar o enfrentamento à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, saber com precisão a incidência ou a prevalência das violações dos Direitos Sexuais dessa população, ainda constitui-se em um desafio de grande porte no Brasil. A Rede de Monitoramento Amiga da Criança (2004: 109), em relatório elaborado para subsidiar o monitoramento dos Objetivos do Milênio relevantes para a infância e a adolescência nos próximos anos no Brasil, afirma, em relação ao combate ao abuso e exploração sexual infantil: “*A precariedade das informações e o pouco conhecimento sobre a problemática e suas dimensões comprometem a construção da linha de base e a definição de metas para o período(...)*”.

De fato, os dados brasileiros mais confiáveis sobre a questão da violência sexual são aqueles oferecidos por serviços de saúde de referência, constituídos para atendimento às mulheres, não há no Brasil, na saúde e nos aparelhos de proteção (delegacias, juizados etc), um sistema de vigilância que ofereça dados mais amplos sobre a questão. Isso sem contar com os constrangimentos relativos à

moral sexual, que Drezett (2000) identifica como a principal causa da não busca por serviços especializados, quando as mulheres (e/ou crianças e adolescentes) são vítimas de violação sexual. Os diferentes autores que têm se preocupado com a questão são unânimes em afirmar que as taxas de ocorrência reais do abuso sexual são provavelmente mais elevadas do que as estimativas existentes (cf. também AMAZARRAY e KOLLER, 1998; PADILHA e GOMIDE, 2004). Mesmo levando-se em conta a sub-notificação, a falta de um sistema de vigilância, a escassez de estudos e demais comprometimentos, Padilha e Gomide (2004: 93), comentam que os números impressionam:

“Dados levantados no setor de sexologia do Instituto Médico Legal de São Paulo, onde cerca de 70% das queixas de abuso sexual ocorreram em meninas com idade inferior a 18 anos. Em levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - PR (1999), junto ao Instituto Médico Legal, foram apontadas as ocorrências sobre a violência na cidade de Curitiba e região metropolitana: cerca de 77% dos casos de violência sexual foram cometidos contra indivíduos com idade inferior a 19 anos. Em levantamento realizado de abril a junho de 2002 pelo Sistema Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, foram feitas 250 denúncias de

abuso sexual, sendo 52,86% de abusos cometidos por familiares e 47,14% de abusos cometidos fora da família.”

O relatório referente à atuação do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil da Secretaria Especial para os Direitos da Criança e do Adolescente⁶, entre 1997-2003 (ABRAPIA, s/d), pode nos oferecer uma idéia (ainda que sem nenhuma representatividade com relação a incidências ou prevalências) da distribuição dos crimes por tipificação, conforme mostra a Tabela 1, abaixo.

No mesmo relatório, a região Nordeste figura como a segunda em número de denúncias (27,01%), entre 1997 e 2003; vale ressaltar, que Pernambuco aparece como o sexto estado do ranking, em termos de denúncias (ABRAPIA, s/d).

⁶ Embora se baseie em denúncias, e não na busca ativa, um sistema de vigilância em instituições de Saúde ou de Proteção.

Tabela 1: Formas de abuso e exploração sexual denunciadas ao 0800 99 0500, fevereiro 1997 - janeiro 2003

	Sub-assuntos	1997	1998	1999	2000	2001	2002*	2003**	Total
Exploração Sexual	Prostituição infantil	779	192	94	282	301	505	130	2283
	Turismo Sexual	64	7	2	6	2	16	3	99
	Tráfico para fins de exploração	26	8	1	1	2	3	9	50
	Venda, confecção e veiculação de material pornográfico	19	4	4	10	5	19	5	66
	Pornografia na internet	8	8	33	30	188	266	307	830
Abuso Sexual	Intra-familiar	4	0	0	100	166	575	79	924
	Extra-familiar	15	0	0	52	85	419	70	641
Total		915	219	134	480	749	1793	603	4893

Fonte: ABRAPIA (s/d)

Quanto ao perfil das supostas vítimas de abuso sexual, e sem considerarem-se estratificações por região, os dados do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil apontam que 76,17% das denúncias se referem a mulheres abusadas; 17,06 % homens e 6,6% homens e mulheres. No que se referem às idades, 18,21% se referem a menores de 8 anos, 14,57% a diversas idades, 18,47% de 8 a 11 anos; 14,80% de 12 a 18 anos. Vale sublinhar que no relatório não há uma apresentação dos números correlacionando sexo e idade dos abusados. Em relação à exploração sexual 63,58% são mulheres, 6,58% homens, 8,59% homens e mulheres e 21,24 não informados. Quanto à faixa etária, a

grande concentração (56, 13%) está entre os 12/18 anos, seguido do que chamam de diversas idades, 28,67%. No que se referem ao vínculo dos supostos abusadores com as vítimas, nos abusos intra-familiares, pai e padastro aparecem como os principais abusadores. Nos abusos extra-familiares, vizinhos e outros são os principais abusadores (ABRAPIA, s/d).

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Sertão do Araripe pernambucano

Nos anos subsequentes, as informações apresentam-se semelhantes, assim os dados do Serviço Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, o Disque 100⁷, apontam para uma média de 68 denúncias/dia em 2007, contra 38 em 2006. Do total de denúncias, percebe-se que a maior parte das vítimas é do sexo feminino, como mostra a tabela 2.

violência, percebe-se que em Pernambuco, o número de denúncias de abuso sexual e de casos de ESCCA em 2007 cresceu em relação a 2006, como se pode observar na tabela 3.

Tabela 2: Vítimas de violência sexual, por sexo

Sexo	2003	2004	2005	2006	2007	Total geral
Não informado	277	232	171	286	712	1.678
Feminino	502	195	4.304	15.109	29.202	49.312
Masculino	305	145	2.538	8.824	17.474	29.286
Total geral	1.084	572	7.013	24.219	47.388	80.276

Fonte: Disque Denuncia

De acordo com o Disque 100, no ano de 2007, Pernambuco foi o sexto estado do país em número de denúncias (1.218) de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Quanto à tipificação dessa

⁷O Disque 100 foi criado em 2003 e é um serviço de discagem direta e gratuita disponível para todo o país, sob a coordenação da SEDH, em parceria com a Petrobras e o Cecria. Disponível em www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/campanhas/disque100 Acesso em 28/02/08

Tabela 3: Registros dos Tipos de Violência (nas denúncias categorizadas) por ano

TIPO DE VIOLÊNCIA			2006	2007
PE	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em situação de Escravidão	1	1
		Exploração Sexual com Intermediários	141	168
		Exploração Sexual sem Intermediários	17	127
		Turismo sexual	5	1
	Negligência		317	681
	Pornografia	Impresso	4	1
		Internet	2	2
		Vídeo	2	3
	Tráfico de Pessoas	Internacional	4	2
		Nacional	2	2
	Violência Física e Psicológica	Com lesão corporal	248	449
		Com morte	8	5
		Violência Física	325	573
		Violência Psicológica	156	412
	Abuso Sexual		259	351

Fonte: Disque Denúncia

Ainda sobre o contexto pernambucano, dados da Gerência de Proteção à Criança e ao Adolescente – GPCA sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a partir do atendimento na delegacia especializada e plantão, mostram que o quantitativo de crimes, no total, vem diminuindo gradativamente. No entanto, tal registro não deixa claro o que indica essa redução. Seriam tais números decorrentes de resultados de intervenções ou políticas públicas específicas em relação ao fenômeno?

Ou seriam as campanhas de enfrentamento que estariam causando essa diminuição? Ou, ainda, todas essas ações articuladas?

É interessante perceber que há, de acordo com a GPCA, nove tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Na tabela 4, apresentamos a série histórica entre 2004 e 2007, de distribuição de casos pelas categorias da GPCA.

Tabela 4: Série histórica de distribuição de casos por tipos de crime relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes

TIPO DE CRIME	QUANTITATIVO			
	2004	2005	2006	2007*
Atentado Violento ao Pudor	330	334	294	253
Ato Obsceno	13	11	32	22
Corrupção de Menores	122	196	101	80
Estupro	160	171	169	116
Favorecimento à Prostituição e Prost. Infantil	5	21	13	1
Rapto	3	-	-	-
Rapto Consensual	63	12	-	-
Sedução	112	10	-	-
Tentativa de Estupro	16	14	13	8
TOTAL	824	769	622	480

Fonte: UNIAT/GPCA

Considerando o último ano, 2007 (janeiro a setembro), destacamos que desses 480 casos registrados, a maioria (71,5%) dos(as) autores(as) das diferentes formas de violência sexual, é de pessoas conhecidas das crianças e adolescentes, conforme tabela 5.

Ainda conforme o dados da GPCA, em relação à idade da vítima, quase metade (47%) tem entre 0 (zero) e (doze) anos e 32% tem entre 12 (doze) e 15 (quinze) anos. No que diz respeito à idade do autor da violência, percebe-se que, na grande maioria dos 480 casos, não se tem tal informação. Chama a

atenção o fato de 14% dos(as) autores(a) terem entre 35 e 60 anos de idade.

Quanto ao sexo da vítima e do(a) autor(a) da violência, os dados dizem que 81,6% das vítimas são meninas, enquanto 89% dos(as) autores(as) de violência são do sexo masculino, reafirmando relações hierárquicas de gênero.

Tabela 5: Crime por agressor – ano de 2007 (janeiro a setembro)

CRIME POR AGRESSOR	Conhecido	Desconhecido	Mão		Padrasto	Tio (a)	Avô (ó)	Primo (a)	Irmão (ã)	Não Informado	TOTAL
			Mãe	Pai							
Atentado Violento ao Pudor	163	43	-	17	8	5	-	1	-	16	253
Ato Obsceno	19	1	-	1	-	-	-	-	-	1	22
Corrupção de Menores	65	8	-	-	1	-	-	-	-	6	80
Estupro	90	13	-	4	1	-	-	-	-	8	116
Favorecimento à Prostituição e Prost. Infantil	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tentativa de Estupro	5	1	-	1	-	-	-	-	1	-	8
TOTAL	343	66	0	23	10	5	0	1	1	31	480
Percentual	71,5%	13,7%	-	4,8%	2,1%	1%	-	0,2%	0,2%	6,5%	100%

Fonte: UNIAT/GPCA

Os dados apresentados neste capítulo se originam de serviços como disque 100 e disque-denúncia, bem como de delegacia especializada e, embora possibilitem um primeiro desenho do quadro da violência sexual no país e no estado de Pernambuco, não oferecem a real dimensão da problemática em foco, dado as questões socioculturais que fazem com que o fenômeno fique invisibilizado. Torna-se

importante, quando se quer articular e instrumentalizar a rede de enfrentamento, melhor conhecer a realidade a ser trabalhada. É com essa intenção que passaremos a apresentar os resultados do DRP em cada um dos municípios.

2. Trindade – A lógica da violência sexual contra crianças e adolescentes

Iniciaremos, a partir do Município de Trindade, a apresentação dos resultados de nossa caminhada pelo Pólo Gesseiro, em busca de compreender a violência sexual contra crianças e adolescentes e as respostas locais ao agravo.

Assim, neste capítulo, além de apresentar os posicionamentos dos diferentes atores que deveriam estar envolvidos com o enfrentamento da problemática, discutiremos, a partir dos dados coletados em Trindade, o que estamos aqui denominando de a lógica da violência sexual contra crianças e adolescentes, ou, de outro modo, como fatores sociais, econômicos e culturais se articulam de modo a tornar crianças e adolescentes mais suscetíveis ao abuso e à exploração sexual.

Em Trindade, os entrevistados nos diferentes eixos investigados (conferir o Anexo I) convergiram, em suas opiniões, sobre a existência de certa banalização da violência sexual contra crianças e adolescentes no município. Ainda que haja dificuldades na identificação das modalidades de violência e, sobretudo, no

dimensionamento quantitativo das mesmas, (ausência de sistemas de notificação que dêem conta do fenômeno) apontam para a recorrência de situações como esta no município.

A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) aparece nas falas como bem mais visível, uma vez que muitas vezes as “negociações”, rumo à perpetração do agravo propriamente dito, se iniciam em espaços públicos. Não obstante, não é insignificante as referências aos casos de abuso, em especial os atendidos pelo Conselho Tutelar – embora considerando-se que os diferentes estudos sobre a temática apontam para uma dificuldade da denúncia e/ou notificação, as quais associam aos fatores relacionados a questões familiares, afetivas e das relação de gênero, entre outras (cf. SEIXAS, 1999; DREZETT, 2000; AMAZARRAY e KOLLER, 1998; PADILHA e GOMIDE, 2004).

Conforme os entrevistados do Conselho Tutelar, há o conhecimento de muitos casos de abusos cometidos pelos próprios familiares das vítimas, tais como: pais, padrastos e tios.

Citaram um caso que foi denunciado através do serviço telefônico 0800 que, por sua vez, acionou o Conselho Tutelar; existem também denúncias feitas por familiares que procuram o Conselho. Nos últimos doze meses teve-se o conhecimento de pelo menos seis casos de abuso sexual intra-familiares e dois casos de abuso sexual extra-familiar. Além dos muitos casos de ESCCA que ocorrem nos postos de combustíveis do município.

No que diz respeito à idade e às modalidades de abuso, e considerando o georeferenciamento, conforme nossos informantes os casos intra-familiar tem ocorrido, sobretudo, na faixa etária entre 7-12 anos, a maioria deles ocorrendo na Zona Rural. Os casos de abuso extra-familiar têm se concentrado na mesma faixa etária, mas a maior parte deles tem acontecido no Centro. Homens pobres são considerados os principais suspeitos da autoria dos abusos.

Já no que se refere aos casos de ESCCA, os entrevistados referem que estes têm se concentrado na faixa etária entre 13-17 anos, ocorrendo principalmente nos postos de combustíveis do município, onde há uma grande aglomeração de caminhoneiros – considerados os principais autores da violência em foco.

Nos diferentes relatos, foram mencionados locais onde acontecem casos de ESCCA: Vila Saraiva; Centro; Vila São Pedro; Vila São Sebastião; no entorno e no pátio dos postos de combustível.

As determinações para a emergência do agravo

Os diferentes atores entrevistados consideram a situação de pobreza vivida pelas crianças e suas famílias como elemento fundamental para a emergência das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conforme os entrevistados do eixo *Atenção e Prevenção*, crianças e adolescentes são vítimas fáceis dos agressores, pelo fato de estarem em situação de vulnerabilidade social, já que suas condições econômicas não permitem que tenham uma melhor perspectiva de futuro. Nesse sentido, assinala uma das entrevistadas: *“É necessário que as condições econômicas melhorem, a educação melhore; que exista uma maior preocupação do governo em relação a essas coisas.”*

Aliada às condições socioeconômicas das famílias, a falta de uma “estruturação formal” (sic.) das mesmas e uma educação mais rígida são apontadas como fatores principais e desencadeantes para a entrada de crianças e adolescentes na rede de ESCCA:

A maioria faz isso porque às vezes não tem nem o que comer, 99% são de famílias pobres...

Eles fazem isso muitas vezes pra ajudar em casa. E, também, muitas vezes as mães sabem, mas não dizem nada, fingem que não sabem.

A família não liga. Não dá educação, deixa as meninas fazerem o que quiserem. Aí elas vão pra rua mesmo..

Ainda na mesma linha da articulação entre condições sócio-econômicas e inserção familiar, relata uma das entrevistadas do eixo *Atenção e Prevenção*:

É preciso algum tipo de remuneração pra essas famílias. Se eles não têm recursos financeiros, e não existe uma forma de disponibilizar, do governo, esses recursos, essas crianças e adolescentes não vão sair dessa situação de risco, por não se identificarem como pessoas que sofrem exploração sexual.

Esta última proposição aponta para aquilo que os entrevistados relataram como do âmbito de banalização da exploração sexual, e que remete a certa inscrição das práticas sexuais entre adolescentes e adultos como “normais” na cultura local.

Assim, um dos homens entrevistados relata a situação do seguinte modo: *“A gente sabe que muitas delas vão porque quer! E até seduzem os homens; que às vezes nem querem fazer aquilo, mas se sentem obrigados, porque elas insistem!”* Neste mesmo sentido, mas numa perspectiva bem mais crítica sobre o fenômeno, chama atenção a opinião de uma articuladora social do movimento de mulheres: *“As pessoas só acham que é crime quando é estupro, se a menina quiser é normal.”*

Neste contexto, há relatos que apontam para o fato de que, embora se fale e se veja com mais frequência crianças e adolescentes pobres envolvidos com a violência sexual, é

bastante comum a participação de garotas com melhores condições sociais (comparando com as primeiras) nesta “atividade”. Estas procuram realizar os seus “serviços” em outras cidades e em bordéis locais que funcionam sob a fachada de estabelecimentos comerciais de lazer e oficinas mecânicas, por exemplos, para minimizar os riscos de serem reconhecidas e sofrerem discriminação pela sociedade local.

Chamamos atenção para o relato de um *motoboy* numa conversa informal durante a estadia da equipe em Trindade. Questionado por um dos estagiários do projeto sobre as práticas sexuais envolvendo adolescentes e adultos no município, ele nos afirma a existência das mesmas. Mencionou os locais onde elas se dão, e/ou onde os encontros, flertes e negociações se iniciam. Sabendo do motivo de nossa equipe naquele local, finaliza questionando: *“Mas, sair com as meninas novinhas, é normal, não é?”* (sic.).

Ainda neste sentido, que assinala o valor dado às jovens no imaginário erótico local, e um desconhecimento dos marcos normativos, que impedem contatos sexuais entre crianças e adolescentes com os adultos, chamamos a atenção para o relato do prefeito de Trindade durante a audiência pública que encerrou o trabalho do DRP. Ele falou das críticas que vinha recebendo de alguns de seus eleitores homens por estar encampando um trabalho de combate a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Conforme o prefeito, as queixas podiam ser resumidas na seguinte questão, formulada pelos contrários à sua intenção: *“Será que agora não vamos mais*

comer⁸ as novinhas? Só vamos poder comer as veias?” (sic.).

Carreira sexual e reprodutiva: passagem para adultez

Neste campo de discussão, vale chamar para o diálogo os estudos sobre gravidez na adolescência realizados em diferentes contextos socioculturais brasileiros, que se iniciaram em resposta a certa percepção de que as taxas de fecundidade e natalidade estavam crescendo nesta faixa de idade (para uma análise crítica dos estudos sobre gravidez na adolescência, cf. CALAZANS, 2000; VIEIRA, FERNANDES, BAILEY e MCKAY, 1998; PIMENTA et ali, 2001; RIOS et ali, 2002; REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004; entre outros) .

Em um primeiro momento, os estudos apresentavam uma perspectiva moralizante e neo-malthusiana, que associava, de forma pouco refletida e ideologicamente comprometida, pobreza e taxas de fecundidade (cf. RIOS et ali, 2002). Com uma perspectiva mais promissora de compreensão e de resposta ao fenômeno, estudiosos começaram a se questionar sobre os sentidos da sexualidade e da reprodução vigentes entre as próprias adolescentes e seus parceiros.

Numa rápida síntese, tais estudos revelam que é muito comum o início das experiências sexuais na adolescência. Lembramos que a faixa de idade onde mais aumenta as taxas de fecundidade é entre 10 e 14 anos (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004), sinalizando

que muitas meninas estão sexualmente ativas desde antes deste período. Do mesmo modo, é na faixa de idade compreendida entre 14 e 19 anos que mais aumenta os casos de adoecimento de AIDS entre as jovens, o que, levando-se em consideração o período em que o vírus HIV permanece assintomático (de cinco a dez anos), significa dizer que estas se infectaram pelo menos cinco anos antes de manifestarem a síndrome (BRASIL, 2003a e 2003b).

O que estes dados apontam, portanto, é que devido ao moralismo que muitas vezes não permite que vejamos as adolescentes como portadoras de sexualidade, quando as meninas e meninos se engajam em suas primeiras práticas sexuais, eles têm pouquíssima ou nenhuma informação séria sobre sexualidade e reprodução, agravos, direitos sexuais e métodos de contracepção e de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (BRUSCHINE, 1981; CAVASIN e ARRUDA, 1998; PAIVA, 2000 e 2002; RIOS et ali, 2002).

Ademais, pesquisas têm mostrado que adolescentes que passam por programas de educação sexual que focam na autonomia dos sujeitos frente as suas escolhas sexuais (onde são apresentados tanto os perigos do sexo, como também reconhecido o seu caráter prazeroso, e onde são explorados os métodos contraceptivos e de prevenção às IST, e circunstanciados os contextos de vulnerabilidade) tendem a adiar por mais tempo o início de suas carreiras sexuais e reprodutivas, e quando se iniciam têm mais recursos para a dupla proteção (às IST e à

⁸ Ter sexo.

Gravidez). Por outro lado, os jovens que se submetem aos programas centrados na abstinência e postergação da iniciação sexual para o contexto do casamento não apresentam tanta diferença (em relação aos que não passam por programas de educação sexual) no que se refere à idade de iniciação sexual. Não obstante, quando se engajam em práticas sexuais, não dispõem de informações e recursos, se tornando mais suscetíveis à gravidez e às IST (PAIVA, 2000 e 2002; RIOS, 2004).

Por outro lado, os relatos das adolescentes sobre suas próprias gravidezes apontam para uma perspectiva onde interpretam o início da carreira reprodutiva como um ponto de passagem entre o ser-menina (tutelada à família e, nos contextos mais precários de subsistência, impossibilitadas de acesso a bens) e o ser-mulher (responsável, portadora de autonomia, protagonista de seu próprio grupo familiar). Desse modo, a gravidez, que muitas vezes foi qualificada pela primeira leva de estudiosos do tema como sempre indesejada nesta fase da vida, se afigura como fundamental elemento no projeto de vida e de transição à *adulthood* das meninas. Os estudos contemporâneos observam que a gravidez se afigura, muitas vezes, consciente ou inconscientemente, como uma estratégia para ascensão social (CABRAL, 2003; MONTEIRO, 1999; LEAL e FACHEL, 1999; PANTOJA, 2003).

Ora, ainda que as práticas aqui em foco não se refiram propriamente à sexualidade reprodutiva/gravidez, e que implique mais

frontalmente em questões de violação dos direitos sexuais, da exploração do trabalho sexual, é importante tomar pelo menos quatro dos campos, que os estudos aqui resenhados vêm tratando, como, também, objeto de reflexão e investigação quando abordamos a violência sexual contra crianças e adolescentes – isso se quisermos realmente aprofundar a discussão e encontrar respostas viáveis e que reverberem de algum modo junto aquelas que queremos promover e garantir os direitos:

- **A vida sexual de crianças e jovens.** Como estes se iniciam sexualmente, e que sentidos atribuem ao prazer erótico, ao trabalho sexual e a carreira reprodutiva (cf. RIOS, 2004; DA SILVA, 2002 e RIBEIRO, 2003). O que não significa estar de acordo com práticas sexuais envolvendo sujeitos que, por diferentes marcações, estão em condições desiguais para decidir sobre a sexualidade. Significa sim, buscar por elementos que subsidiem a elaboração de programas de educação sexual, culturalmente embasados, que acompanhem, ou mesmo antecedam, os inícios das carreiras sexuais das crianças. Que leve os marcos dos direitos humanos (sexuais e reprodutivos) para um diálogo no contexto local, possibilitando às crianças e seus cuidadores, inclusive, informações sobre saúde e violência sexual, de forma que possam reconhecer

tentativas de violação de seus direitos, e mesmo, buscar por ajuda nestas ocasiões;

- **Economia-política da sexualidade.** Numa outra via, ainda inspirado nos trabalhos sobre gravidez na adolescência, verificar em que medida, também as crianças e adolescentes em situação de ESCCA não estão recorrendo ao trabalho sexual como **estratégia para ascensão social** – neste ponto, já os relatos coletados do lado de cá (entre os técnicos) parecem sinalizar que as crianças e adolescentes envolvidos com a ESCCA, se não almejam propriamente a ascensão, pelo menos esta tem se configurado como uma estratégia para garantir a subsistência;
- **Concepções locais sobre a passagem para a *adulthood*.** Vale questionar em que medida e em detrimento dos marcos normativos, que, por exemplo, localizam o estupro presumido nos 14 anos (fundado na incapacidade da menina para consentir sobre sexualidade), ainda vigora uma concepção mais antiga e popular onde, no que se refere às meninas, é a **menarca a marcação de suas passagens para o status de “moças”**. Significando que, após esse evento, essas meninas já se encontrariam prontas para casar

(ou, mais amplamente, para ter práticas sexuais).

Marcação que vai chegar, articulada pelas mudanças corporais, para as meninas entre nove e doze anos, a mesma idade em que os meninos vão sendo liberados e culturalmente estimulados para terem suas primeiras experiências sexuais. Se, no caso das meninas, em muitos contextos, o controle sobre elas aumenta, na medida em que, a partir da menarca, a sexualidade pode resultar em reprodução, sobre eles o inverso acontece: diminui (CABRAL, 2003; MONTEIRO, 1999; LEAL e FACHEL, 1999; PANTOJA, 2003).

Controle que não necessariamente vai ocorrer no sentido de garantia da virgindade, no caso em apressa, pode significar em explorar a “mais valia” erótica, que começa a se inscrever em seus corpos, graças ainda a outra marcação própria ao sistema de gênero: aquela que valoriza o corpo jovem feminino, por um lado; e a capacidade produtiva (econômica) dos homens, por outro. Isso parece configurar um padrão de parceria inter-etário entre homens (mais velhos, eroticamente desejáveis, pois que estabelecidos financeiramente) e mulheres (mais jovens, eroticamente desejáveis pois que pueris) (BERQUÓ, 1998a e 1998b; RIOS, 2004; QUADROS, 2004).

Alguns relatos já apontam nesta linha, assinalando um descompasso entre a cultura local e o marco legal (BRASIL, 1990). Uma entrevistada do eixo movimentos sociais, por exemplo, também destaca o fato de haver certa aceitação de algumas práticas sexuais envolvendo adultos e adolescentes, que, como sublinha a informante, não são interpretadas por certa parte da população como crime.

Desejo sexual infanto-juvenil e autonomia

Não obstante, vale destacar, a coexistência de outra percepção, também muito recorrente entre os diferentes atores. Ainda que reconheçam certa inscrição cultural das situações de violência sexual, ainda atribuem um grande peso para uma suposta escolha pessoal das crianças e adolescentes em relação ao trabalho do sexo. Nestes casos há inversão dos responsáveis pelo agravo, onde as crianças passam a autoras da violência, e os adultos se tornam vítimas da sedução das primeiras: *“Elas que procuram mesmo, elas querem porque gostam”*.

É fato que o prazer sexual na infância existe, Freud (1997/1905) há pouco mais de um século explicitou isto em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Do mesmo modo, os estudos recentes sobre abuso revelam os conflitos que a experiência sexual traz para a criança, uma vez que, ainda que estas (mais que os violadores) reconheçam a quebra de um importante interdito social, em muitas das vezes também obtém prazer nas práticas sexuais com adultos (RIOS, 2003 e

2004; PADILHA e GOMIDE, 2004; AMAZARRAY e KOLLER, 1998).

O fato é que crianças e autores de violência sexual entram de modo desigual na interação sexual, e é por isso mesmo que tal interação é qualificada como violência: há desigualdades de poder, autonomia e capacidade para decisão (ADVOCACI, 2003; PIOVESAN e PIROTTA, 2003; SEGRE, 1998; PETCHESKY, 1999).

Assim, para aqueles que invertem a questão, responsabilizando às crianças e adolescentes, lembramos que além de esquecerem os aspectos culturais e sócio-estruturais, que, muitas vezes, eles próprios assinalam como determinantes na emergência das violações; parecem também desconsiderar que se aquelas, por diferentes motivações (fome, acesso a bens e serviços ofertados e desejados, mas dos quais não podem usufruir/consumir etc.), se oferecem à exploração sexual, cabe ao adulto o discernimento de que aquelas não têm, legalmente, capacidade para decidir sobre suas vidas sexuais, cabendo a si próprios a consciência sobre a escolha e conseqüências do ato.

Não obstante, frente à problemática de inscrição cultural como “normal” – pelo menos as interações sexuais entre meninas pós-menarca e homens mais velhos –, uma questão permanece: será que estes homens de fato têm consciência das leis que estão infringindo, da contravenção que estão praticando?

Isso não apenas no sentido formal (acreditamos que todos, uma hora ou outra já

tenham se deparado com campanhas sobre combate à exploração sexual), mas sobre os motivos que levam a tal proibição em nossa sociedade. Lembramos que leis são construções, acordos consensuados como o melhor para gerir e regular uma dada sociedade. Mas, a partir de suas existências, todo um trabalho precisa ser realizado de modo que a lei faça sentido para a sociedade que visa regular.

Homossexualidade

No contexto da exploração, chama especial atenção no município os meninos homossexuais efeminados, os quais, como se já não bastasse a situação de pobreza, são discriminados e oprimidos pelas suas orientações sexuais. A sinergia de opressões parece encaminhá-los para a exploração sexual. Há relatos de um crescimento da presença de meninos nos postos de combustível; o que tem gerado conflitos destes com as trabalhadoras do sexo adultas, que dizem que eles estão tomando o espaço delas por cobrarem mais barato.

Vale ressaltar que esse fenômeno pode nos apresentar um ponto que ficaria invisível, e que consideramos fundamental para compreendermos melhor a dinâmica das mais variáveis formas de violência que atingem as crianças e adolescentes dessa região: os maus tratos e agressões verbais sofridos por meninos e meninas por questões sexuais. No caso dos meninos referidos à orientação homossexual e das meninas referidos ao próprio “trabalho sexual”. Modalidades de violência que extrapolam as categorias de

abuso e de exploração sexuais, utilizadas neste estudo.

Neste contexto, e considerando os marcos internacionais sobre direitos sexuais, podemos conceituar as violências físicas e morais, as quais são submetidos, referidas às questões (homo)sexuais, como, também, do âmbito da violência sexual.

Ainda na linha das questões relativas às homossexualidades, na ocasião do DRP nos deparamos com uma situação inusitada, considerando que estávamos num município do interior de Pernambuco e quando o evento que descreveremos a seguir é confrontado com os estudos da travestilidade desenvolvidos nos grandes centros do país (PERES, 2004 e RIOS, 2003 e 2004).

Dois jovens, com idades de 14 e 15 anos, estavam na Secretaria de Ação Social. Solicitavam do prefeito um posicionamento público, na rádio local, sobre a cidadania dos homossexuais. Disseram que um deles fora vítima de agressão verbal pública. Procuraram a delegacia para notificar o acontecido e a atitude dos que os receberam fora tão discriminatória e preconceituosa quanto a que vieram notificar. Buscaram, então, pelo prefeito como mais uma tentativa para dar conta da situação.

Ora, o que nos chama atenção no caso apresentado é o grau de mobilização e consciência de serem portadores de direitos, elemento nem sempre presente em outras localidades. Do mesmo modo, vimos jovens travestis circularem – ao menos enquanto estivemos na cidade – com alguma tranqüilidade pelas ruas e em uma escola

visitada – fato que, de alguma forma, destoa do que os estudos sobre homossexualidade no contexto escolar vêm mostrando, onde as travestis são levadas a deixar a escola, dado o preconceito e a discriminação (cf. RIOS, 2003 e 2004).

Assim, observamos uma travesti, muito bem vestida, considerando tanto o padrão de vestimenta feminino das colegas de escola também circulando nos corredores, como, de forma mais ampla, o contexto de pobreza local. Parecia que aquela travesti possuía um status financeiro e de cidadania escolar diferenciado – em contraponto aos supracitados estudos. Não podemos afirmar que estava envolvida com o trabalho sexual, mas considerando a ausência de alternativas de trabalhos socialmente condizentes com sua orientação sexual e performance de gênero – relatados pelos jovens que entrevistamos, acima mencionados – nos perguntamos: de onde mais poderia tirar os recursos para sustentar o status apresentado?

Ora, em conversa com os dois garotos a clamar por direitos na Secretaria, um deles admitiu se travestir para oferecer serviços sexuais nos postos. O dinheiro que ganha nos postos é muito maior que o benefício recebido por sua mãe, e é o que permite que ele tenha acesso aos bens que deseja: roupas e diversão. Relata, também, que vem sendo assistido pelo Programa Sentinela, mas afirma não ter intenção de deixar os “programas sexuais”, por falta de uma alternativa melhor para garantir o seu sustento no patamar de consumo atual. Ademais, gosta de ter sexo com homens e, embora afirme ter

possibilidades de encontros sexuais com moradores do município, nos postos há uma maior facilidade de conseguir parceiros.

Não obstante, relata que gostaria muito que, numa próxima versão dos cursos de profissionalização oferecidos pelo município, fosse ofertado um de cabeleireiro. Afirma que tem o desejo de migrar para Petrolina, município pernambucano que guarda limite geográfico com os municípios de Juazeiro e Casa Nova na Bahia. Ouviu falar que lá tem um salão de beleza onde diversas travestis trabalham. Além disso, imagina a cidade como uma porta de entrada para a Europa, em especial para Espanha – país que se apresenta como possibilidades de trabalho (sexual) e de vida para muitas das travestis locais. Não passa pela sua cabeça nenhuma possível associação entre este suposto trampolim para o “primeiro mundo” e o tráfico de pessoas.

O que gostaríamos de sublinhar neste emaranhado de opressões e tentativas de encontrar o bem estar, que marcam nosso entrevistado, é uma configuração que se parece como uma espécie de beco sem saída – pelo menos se considerarmos apenas os recursos desenvolvidos pelo sujeito individual para responder às múltiplas opressões que lhes são impetradas: permanência na exploração sexual comercial.

De outro modo, nos deparamos com um rapaz ainda sem formação profissional, em contexto de pobreza, “dependente” de sua mãe; efeminado, estigmatizado tanto pela orientação homossexual como por sua performance de gênero. Um caminho, já percorrido por outros na mesma situação, se

afigura: o trabalho do sexo. Eis a resposta imediata encontrada para, se não sair do contexto opressivo, pelo menos melhorar as condições de vida.

O acesso a recursos econômicos, aliado a conscientização obtida no ‘*Sentinela*’ e no contato com o pessoal do *Educar* (o qual ele também apresenta como uma importante referência) o leva a se *empoderar*, ao ponto de se reconhecer como sujeito de direitos e exigir cidadania. Ainda assim, frente às alternativas reais, possíveis de serem tomadas para garantir a sua inclusão na lógica do consumo, o caminho da exploração sexual permanece como, no seu entender, a melhor das alternativas.

Falta neste caso, como no de muitas meninas relatadas pelo olhar de nossos informantes, mudanças estruturais que garantam qualificação e emprego, com rendimento digno para as famílias e os jovens (cf. AYRES, CALAZANS, FRANÇA JR, 1998; PARKER e AGGLETON, 2001; PARKER e CAMARGO JR, 1999; RIOS, 2003).

Circulação

Um outro ponto importante, que já aparece no relato dos jovens homossexuais: a circulação de meninos e meninas envolvidos com a ESCCA entre os municípios do Pólo Gesseiro - informação também trazida pelos entrevistados dos diferentes eixos investigados. O fato é que crianças e adolescentes, talvez para conseguir certo

anonimato em resposta ao estigma que lhes é infligido por se envolverem com as práticas em foco, vem e vão de suas casas para pontos de prostituição em outros municípios, muitas vezes chegando a migrar para localidades mais distantes.

Do mesmo modo, não é incomum encontrar nos postos e bordéis de Trindade meninas advindas dos diferentes estados que fazem fronteira com Pernambuco. Fato que tem implicações na dificuldade de acompanhamento dos casos de ESCCA.

Enfrentamento

Parece um consenso entre os diferentes entrevistados que um dos principais causadores da inserção de crianças e de adolescentes no mercado do sexo é a pobreza e a exclusão sócio-econômica (da escola, do consumo, mercado de trabalho, da saúde, dos bens culturais). Desse modo, sugerem que o enfrentamento desse problema deva passar, obrigatoriamente, pela inclusão, através do acesso a políticas sociais públicas. Responsabilidade que, se exige uma atuação maior do Estado, precisa envolver também a sociedade civil a todos: desde a família, até os órgãos competentes. Conforme os representantes do sindicato de trabalhadores rurais, só o trabalho em conjunto pode fortalecer a rede de enfrentamento.

Se a questão da violência sexual aparece nos relatos como, de certo modo, afim à cultura local, ao menos em uma de suas vertentes, o enfrentamento exige a realização de trabalhos de conscientização da população, se, de fato, se quer obter resultados mais

efetivos no enfrentamento desse tipo de violência.

No município, algumas estratégias já têm sido utilizadas, pensando a articulação entre ESCCA e situação de pobreza, como o encaminhamento pelo Conselho Tutelar das crianças e suas famílias para os programas de repasse de renda do governo federal. Lamentam, entretanto, que nem todas, por diferentes motivos, tenham acesso a tais programas. Exemplificam com o caso do Programa Primeiro Emprego, o qual não atende a faixa etária a baixo dos 14 anos, deixando de fora justamente uma grande parcela de adolescentes que tem se envolvido com a ESCCA.

O CMDCA destacou o trabalho de conscientização realizado nas escolas acerca da problemática da ESCCA, através de palestras em conjunto com outros órgãos, como Conselho Tutelar, por exemplo. Também as mobilizações da sociedade local para o combate ao abuso e exploração de crianças e adolescentes no município.

Alguns dos entrevistados falaram da importância de envolver a escola no enfrentamento da violência sexual. Um médico, por exemplo, refere que a educação pode ser um meio eficaz de se trabalhar a temática, já que as crianças e adolescentes passam parte do dia com os professores. Finaliza dizendo: *“Tem que tirar as crianças de casa e botar na escola. Eu acho que a redenção dessas crianças seria os estudos.”*

Neste mesmo sentido, as entrevistadas do programa *Sentinela* relatam a relevância da atuação do programa nas escolas, expandindo

os grupos de trabalho com os pais de crianças e adolescentes. Além disso, fala sobre a importância de uma articulação com a promotoria pública e, sobretudo, com outros órgãos e instituições que atuam direta ou indiretamente com a defesa dos direitos infanto-juvenis. Frisou, também, que os componentes da rede de enfrentamento precisam ser sensibilizados para trabalhar com mais vigor e eficácia: *“É preciso sensibilizar a rede para obter mais resultados”*.

Ainda sobre isso, chamamos a atenção para um ponto que parece comprometer o enfrentamento: a ausência de discussão crítica, informada cientificamente, sobre a questão. Muito embora todos os entrevistados, questionados sobre interesse em participar de capacitações sobre este assunto, tenham respondido afirmativamente, reconhecendo a complexidade do problema e a necessidade de ter mais informação sobre o tema, apenas um dos entrevistados, do eixo *movimentos sociais*, já havia participado de curso de capacitação na área de enfrentamento a crimes desta ordem. A grande maioria dos entrevistados parece se utilizar do senso comum para discutir sobre este tema, trazendo para o discurso posicionamentos morais os mais diversos.

Talvez, por isso mesmo, a maioria deles não consiga distinguir as modalidades de violência sexual, assim como quantificá-las, relatando as suas dificuldades em trabalhar no sentido da promoção dos direitos infanto-juvenis. Houve também um consenso entre os entrevistados do eixo *Atendimento e*

Prevenção, que não existe uma política municipal de capacitação permanente dos profissionais para melhorar o atendimento, ou até mesmo o diagnóstico, quando crianças e adolescentes sofrem abuso/exploração sexual, sendo este o principal problema a ser enfrentado para que se haja melhores resultados nos programas realizados.

Não existe um trabalho de capacitações contínuas, isso acaba prejudicando e até mesmo não servindo de nada essas formações. O que existe são capacitações soltas, por isso tem resultados mínimos. (entrevistada)

Outros informantes lembram a necessidade de trabalhar a sociedade como um todo, em especial a família:

Seria necessário que as famílias fossem engajadas nos programas, que fosse feito um trabalho de reeducação, porque não tem como a família não saber do que se passa com essas crianças e adolescentes.

Ainda no intuito de envolver a sociedade e as famílias, outros entrevistados lembram a necessidade de incentivar a denúncia:

É preciso envolver a sociedade, começar a envolver as pessoas nesse movimento. Mostrar que é preciso denunciar os abusos. O melhor é trabalhar direto com a população.

E por falar em registro de queixas junto aos órgãos competentes, vale mais uma vez destacar a face da violência sexual, que quando não envolve práticas sexuais propriamente ditas, muitas vezes não é concebida enquanto violência. Referimo-nos aos processos de estigmatização que afetam as meninas envolvidas com a exploração e os homossexuais. Como apontado acima, a estigmatização tende a incrementar subjetivamente a sinergia de agravos, atingindo-os diretamente na imagem que fazem de si, num processo perverso de desumanização (GOFFMAN, 1988; ELIAS e SCOTSON, 2000; PARKER e AGGLETON, 2001).

Conforme o representante do Conselho Tutelar, este vêm estabelecendo parcerias com o projeto Sentinela, PETI, Papel da Terra, ABB Comunidade, Promotoria (com quem realiza o trabalho de blitz aos postos de combustível, juntamente com as polícias militar, civil e rodoviária). Fala da dificuldade de articulação com a Saúde, que questiona as requisições de atendimento diferenciado para os casos de violência sexual.

O representante do Conselho Tutelar destaca ainda a necessidade de abrir uma estatística específica para os casos de violência sexual, que, no momento do preenchimento da ficha de atendimento, fica registrado na categoria “outros”, o que dificulta a notificação, registro e melhor conhecimento da situação.

Com relação às percepções dos entrevistados sobre a atuação em rede no enfrentamento à violência sexual contra

crianças e adolescentes no município, apenas o representante da ONG demonstrou ter conhecimento suficiente para falar sobre o assunto, isto porque o mesmo já atuou em outros cargos que tinha ligação direta com a formação desta rede, inclusive no Conselho Tutelar. Hoje, além da ONG, ele atua como diretor de uma escola estadual e defende o papel da educação neste âmbito. Os outros entrevistados apenas disseram saber da existência de alguns programas, mas que não sabem muito bem como eles funcionam e se articulam.

Assim, podemos questionar se realmente existe uma ação integrada de combate à violência sexual infanto-juvenil no município.

É de se ressaltar o desconhecimento quase geral entre os entrevistados do Plano Municipal para Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, elaborado com ampla participação em 2005. Destacamos que é o plano, a principal referência para a articulação da rede e das ações. Nesse contexto, chama atenção o fato do promotor, novo no município, desconhecer o Plano (ao ser entrevistado e saber da existência do documento, imediatamente passou um ofício para a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social solicitando cópia do mesmo). As próprias técnicas do Programa Sentinela tiveram acesso ao material quando se aproximava a nossa visita ao município.

É importante lembrar que nos diferentes eixos investigados, os principais articuladores ocupam cargos eletivos (prefeito, conselheiros), de confiança (secretárias e

técnicas do programa Sentinela) ou onde a permanência nos mesmos, em geral, é curta (delegados, promotores e juizes). No nosso entender, isso gera extrema fragilidade na rede, de modo que, se não existir um ator social atento à essa dinâmica, (e com a responsabilidade de informar, aos que chegam, o que já foi feito, apresentando o Plano de Enfrentamento enquanto um instrumento pactuado coletivamente e orientador das ações) a rede tenderá a se esgarçar.

A questão é identificar que instituição, em meio a mudança tão grande de posições, poderia exercer o papel de divulgador do plano, o que também significaria estar permanentemente “tecendo” a rede

3. Araripina – Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes

No capítulo dois, apresentamos a situação de Trindade, cujos dados e análises permitiram uma primeira aproximação sobre a lógica da violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste capítulo, apresentaremos a percepção dos entrevistados nos diferentes eixos sobre a situação da violência sexual em Araripina. A partir dos dados coletados neste município aprofundaremos a discussão sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, empregando uma análise que põe em relevo a constituição de valor às categorias sócio-sexuais: uma economia-política da exploração sexual comercial.

Os nossos entrevistados em Araripina (conferir o Anexo II), do mesmo modo que os de Trindade, concordam sobre a existência de uma alta ocorrência de violência sexual no município, em especial, a ESCCA. Os números são imprecisos, uma vez que não há um sistema de vigilância e/ou notificação dos casos sendo empregado. Sem contar que, como vem apontando a literatura sobre o tema, é recorrente a não notificação relacionada a diversos fatores culturais e

estruturais (cf. DREZETT, 2000; PADILHA e GOMIDE, 2004).

Nessa linha, no olhar das pessoas entrevistadas no eixo *Atenção e Prevenção* os casos de abuso sexual parecem ficar mais “abafados”, até porque, em geral, estão relacionados a contextos de relações familiares e de vizinhança. Os casos aparecem aparecem muito mais do âmbito da “fofoca”, poucas vezes ganhando o status de denúncia. Um exemplo citado, refere-se ao contexto educacional: uma aluna se mostrava muito inibida em sala de aula. No “disse me disse” da escola, uma colega comenta com a professora que aquele comportamento devia-se ao fato do pai da garota “viver maritalmente” com a irmã mais velha, tendo chegado a engravidá-la.

Não obstante nenhuma denúncia ou encaminhamento foi feito. Aqui a fofoca cumpre o seu papel de controle social perverso, pois tomada pelo medo da punição/maior exclusão, a adolescente silencia e se resigna à postura de submissão (MENEZES-SANTOS e CASTRO, 2006). No que se refere aos casos de exploração

sexual comercial, estes aparecem nas falas dos entrevistados como bem mais visíveis.

Esta percepção é compartilhada pelos entrevistados do eixo *Comunidades*. Um dos líderes entrevistados diz não ter conhecimento de casos de abuso sexual dentro da família em termos de distribuição quantitativa, apenas relata um caso conhecido de exploração comercial na comunidade e um caso, lembrado posteriormente, de uma menina na faixa etária de sete a doze anos, abusada por um vizinho.

No que se refere aos representantes das Polícias Militar e Rodoviária Federal, estes reconhecem a existência de casos, sobretudo de ESCCA. No caso do representante da Polícia Rodoviária, muito mais por ouvir falar, ainda que em outro momento da entrevista relate a participação da Polícia Rodoviária em algumas ações de combate ao fenômeno.

Sobre as notificações que chegam ao conhecimento do Ministério Público, entre 2002 e 2007, o entrevistado relata que atendeu seis casos de abuso sexual, todos intra-familiar, onde os autores da violência são pais ou padrastos. Não apresentou números em relação à ESCCA, ainda que tenha falado da importância do agravo no município.

Vale ainda destacar, o desconhecimento da tipologia relativa à violência sexual contra crianças e adolescentes, utilizadas no formulário que orientou as entrevistas, pela maior parte dos entrevistados.

Segundo informações colhidas através de entrevistas realizadas com uma psicóloga do

programa Sentinela e uma educadora social do programa Educar, os bairros mais propícios para ESCCA são os de Vila Serrana e Bomba, onde se concentram os principais postos de combustíveis e feiras livres da cidade, em especial nas sextas-feiras e nos sábados pela manhã.

As determinações para a emergência do agravo

Para diferentes entrevistados a família é tida como de fundamental importância na configuração da exploração sexual comercial. Alguns entrevistados do eixo de *Atenção e Prevenção* referem-se a tais famílias como “desestruturadas”. Desestruturação que associam ao contexto de pobreza, como mostra a fala abaixo:

A gente sabe que isso geralmente se perpetua de forma mais densa e acelerada nessas camadas sociais, onde a questão social é mais carente. Muitas dizem que estão indo atrás de uma renda para sobreviver.

Conforme a entrevistada supracitada, é preciso buscar meios para ajudar as famílias a terem uma vida decente, sem a necessidade de crianças e adolescentes tornarem-se objetos de prazer para contribuírem no orçamento familiar.

Também no eixo *Comunidades*, a família surge como um dos principais contribuintes para a emergência de casos de ESCCA. Como sugestão de ação para o aprimoramento do

combate a este tipo de violação dos direitos da criança, um dos líderes fala sobre um maior controle e atenção dos pais sobre os filhos, como forma de coibir a exploração e o abuso.

Agregando outros aspectos presentes na configuração das violações em tela, um dos entrevistados, no mesmo eixo *Comunidades*, diz que a educação para a sexualidade não deve se construir apenas na escola. Os pais também teriam a tarefa de educar os filhos sobre tal questão, bem como, sobre o uso de drogas e outras problemáticas a que crianças e adolescentes vão começando a lidar, ainda nestes momentos iniciais de suas trajetórias de vida. Perspectiva que coincide com a de uma professora, componente do eixo *Atenção e Prevenção*:

A questão da educação influencia bastante; não ter um pai, uma mãe para questionar isso. E, muitas vezes, essas crianças dizem que fazem isso para levar dinheiro para casa. É uma forma de fonte de renda.

Saindo do âmbito da família e da escola, rumo à sociedade mais ampla, ela comenta:

É preciso ter uma conscientização geral. Eu acho que uma pessoa informada não vai se calar ou até mesmo se envolver com crianças e adolescentes. Geralmente são pessoas que não tem uma informação e às vezes até tem, mas por uma questão de

irresponsabilidade mesmo, se calam ou até usufruem de tal abuso.

A mesma entrevistada chama mais um elemento para a compreensão do fenômeno,: a falta de solidariedade social, em certo sentido, o de reconhecer o outro (criança em situação de exploração) como humano. O que ela qualifica como “individualismo”: “*as pessoas esquecem que se numa sociedade um grupo vai mal, isto pode vir a interferir em todo o social*”. Uma perspectiva que tem sido trabalhada nos estudos sobre violação dos direitos sexuais como do âmbito dos processos de estigmatização (Elias e Scotson, 2000; Goffman, 1988).

Na fala do promotor, entrevistado no eixo de *Defesa e Responsabilização*, as questões familiares, de informação e de estigmatização vão ser rematizadas. Ele aponta para uma compreensão que foca menos nos atores individuais e mais nos aspectos estruturais da questão (sobre violência estrutural e configuração de agravos sociais, conferir especialmente: Parker e Camargo, 1999; Ayres, Calazans, França JR, 1998). Em outras palavras, enfoca como as desigualdades sociais e a cultura mais amplamente compartilhada vai orientar, inclusive, as relações familiares, o lugar das mulheres e das crianças em relação aos pais e as comunidades onde se inserem.

Adulto e joven na cultura local

O representante do Ministério Público lembra que no Araripe a problemática da violência sexual é grave e complexa nas suas

determinações. Por considerar o fenômeno como não exclusivo de Araripina, seja na forma como aparece ou em suas determinações, utiliza como exemplo para argumentar a compreensão que nos oferece, tanto situações que atendeu em Araripina, como as acontecidas quando assumia outras promotorias na região.

No que se refere à exploração sexual comercial, destaca a relação da violação dos direitos sexuais das crianças e adolescentes com a cultura local. O que parece remeter, num plano mais analítico, ao modo como as adolescentes e suas sexualidades são concebidas e manejadas pela família.

Para exemplificar a afirmação, ele lembra alguns concursos promovidos por clubes em diversos municípios do sertão, onde as meninas se apresentam com roupas íntimas (festa do *babydol*, por exemplo). Além de ter notícia de várias situações, envolvendo as elites locais e adolescentes, como uma espécie de gincana inspirada em um famoso *reality show*. Em um outro município do sertão, ele próprio já conseguiu desarticular algumas destas festas, exigindo a apresentação de documentação que provasse que as participantes eram “de maior” (sic.).

Comenta que, em muitos casos, quem inscreve as jovens nos concursos são os próprios pais. Isto sugere, no olhar do entrevistado, uma perspectiva onde os pais se sentem donos da sexualidade de suas filhas – lembramos: linha de pensamento que vai de encontro aos marcos atuais sobre os Direitos das Crianças, que rompe com a perspectiva tutelar anteriormente vigente, e que as

reconhecem como sujeito de direitos, que dado o estado de desenvolvimento de suas autonomias, devem ter de suas famílias e do Estado proteção especial até os 18 anos.

Nessa mesma linha de violação de direitos, em outro município da Região do Araripe, onde atuou antes de vir para Araripina, chegou a atender o caso de um pai a reclamar os direitos da filha que havia vencido um de tais concursos. Ludibriado pela organização do concurso, pedia pela intervenção da Justiça para receber a premiação. Sublinha ainda que as meninas que participam de situações como estas são de “melhores” condições socioeconômicas, comparando com as que freqüentam os postos de gasolina, sobre as quais voltaremos a falar mais adiante.

Circulação

Conforme o entrevistado, um segundo fator apontado, quando se quer entender a problemática da violência sexual, em especial a ESCCA, é o fato da Região do Araripe ser uma região de garimpo – extração de gipsita – e como tal, comporta um grande trânsito de homens, muitas vezes afastados de suas redes comunitárias e familiares.

Lembra que apesar do desenvolvimento da extração do gesso na região, as desigualdades sociais, se não permaneceram, aumentaram. O resultado disso, na sua visão, é um crescimento da prostituição e do alcoolismo. Comenta que há uma desigualdade na partilha da riqueza conquistada com a extração da gipsita e a produção do gesso – “o pobre fica com as

conseqüências” (sic.). Comenta que dentre outras carências da região, uma especialmente atinge os mais jovens: a carência de opções de lazer, “*o lazer é o álcool*”(sic.).

Quando fala da situação de garimpo, ele destaca os trânsitos e deslocamentos das pessoas: sejam os caminhoneiros (em geral considerados como os grandes vilões da exploração sexual comercial), seja das próprias crianças e adolescentes, que muitas vezes se afastam de seus municípios em busca de seus “clientes”. Neste caso, o transito pode ser diário – as meninas vão e vem, voltando todos os dias para os municípios/casas; ou envolver propriamente a migração. Diz não ser incomum encontrar nos pontos de prostituição, em especial nos bordeis, pessoas advindas de outras cidades do pólo, do sertão de Pernambuco ou outros estados fronteiriços. Lembra-nos que Araripina faz fronteira com o Ceará e Piauí; refere-se já ter notícia de meninas vindas destes estados para os pontos de “prostituição” nos municípios do Pólo, bem como de estados como a Bahia, em sua fronteira com Petrolina. Do mesmo modo, há notícias de meninas do Pólo nos outros estados.

Entendimento que é reforçada pelas profissionais do sexo entrevistadas, que relatam o trânsito de mulheres, ainda que, neste caso, não se configurando em tráfico, entre os diversos municípios e estados. Há, inclusive, mulheres que relatam ter família em municípios mais afastados, que “ganham a vida” nos bordeis de Araripina e levam recursos para sustentar filhos e outros parentes em seus municípios de origem.

Posto e bordel: a lógica do trabalho sexual

O promotor também lembra que, em Trindade, organizou algumas diligências para combater a exploração em postos e bordeis. Também recebia muitas notícias-crime de bordeis informais, existentes dentro da própria cidade – nestes casos, sublinha, só teve acesso a informações sobre tais estabelecimentos após ter conquistado confiança da população. Diz que nestes bordeis, freqüentados pela “elite” local, era comum encontrar adolescentes em “melhores condições sociais” sendo exploradas.

Nas diligências que organizou junto com a policia civil, militar e o Conselho Tutelar aos postos de gasolina, o que encontravam, sobretudo, eram crianças em situação de miséria e jovens travestis. Destaca ainda o fato de que há um aumento da ESCCA, em especial com crianças mais novas, nos períodos de estiagem e seca, quando a paisagem do sertão muda, e as condições de subsistência tornam-se bem mais precárias.

Esses relatos vem ao encontro daqueles apresentados pelas próprias profissionais do sexo, entrevistadas em bordeis de Araripina. Elas relatam existir uma distinção de status entre as mulheres profissionais do sexo que atuam nos bordeis, e as mulheres, crianças e adolescentes em situação de exploração sexual que atuam nos postos. O elemento fundamental ao qual se referem e que orientam a desigualdade apontada é o fato das que estão nos postos estarem mais expostos à IST, onde os caminhoneiros serviriam como vetor para a “propagação do mal”.

Vale destacar que crianças e adolescentes atuantes nos postos têm o supracitado status traduzido em diminuição do valor dos serviços prestados. Enquanto no bordel se ganha entre 10 e 20 reais por programa; na

A base desta categorização, que, de algum modo, sustenta e reorganiza as práticas de trabalho/exploração sexual na região, pode ser esquematizada como apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Esquema simbólico do trabalho sexual

Local do Trabalho Sexual	Bordel	Posto
Risco	Proteção	Perigo
Ambiente	Limpo	Sujo
Exposição as IST	Saudável	Insalubre
Publico usuário dos serviços	Sobretudo população local	Sobretudo caminhoneiros
Quem oferece os serviços	Mulheres “arrumadinhas”	Meninas miseráveis
Valor dos serviços	Maior	Menor

rua o o programa não passa de cinco reais, podendo acontecer por um picolé, doce ou prato de comida.

Este quadro nos remete aos estudos sobre a classificação de mulheres nas classes populares brasileiras, onde duas categorias orientam a interpretação das práticas: casa e

rua (cf. DAMATTA, 1985 e QUADROS, 2004). O quadro 2 esquematiza esta lógica topográfico-sexual.

Quadro 2: Topografia sexual da classificação de mulheres

Casa	Rua
Proteção	Perigo
Boas para casar	Boas para transar
Mães / irmãs / namoradas	Prostitutas
Reprodução	Prazer
Sexualidade “comportada”	Transgressões à moral sexual

Vale destacar que os relatos coletados sugerem haver, também, uma classificação dos homens envolvidos nas práticas de comércio sexual, como apresentado no quadro 3.

Ao que parece, no caso do trabalho/exploração sexual no município há uma superposição da lógica simbólica (casa/rua) que rege a classificação das mulheres, para as que estão na prostituição, ou mais próximas ao âmbito da rua, de modo que o bordel parece se afigurar, simbolicamente, como uma espécie de casa,

Quadro 3: Classificação dos homens

Casa	Rua
População local	Caminhoneiros
Saudáveis	Infectados
Invisibilizados em relação à exploração	Vilões da exploração
Freqüenta os Bordeis	Freqüenta os Postos

ainda que do âmbito da rua. Uma casa que, de alguma forma, protegeria as “mulheres da vida”, e os homens que recorrem aos seus serviços.

Ainda nesta linha, foi recorrente a referência protetora e ao qualificativo de “familiar” (cf. DAMATTA, 1987) conferido pelas mulheres entrevistadas aos bordeis onde viviam. Do mesmo modo, o promotor lembra o “carinho” com que as adolescentes, retiradas de um bordel “clandestino”, se referiam à cafetina (travesti) que organizava aquele espaço, remetendo o tipo de relação ali existente entre esta e as meninas, como de uma suposta ordem familiar – diziam que a

travesti dava o cuidado e proteção que não tinham em suas famílias biológicas.

Ainda considerando os bordeis, as profissionais do sexo entrevistadas apresentaram situações que pareciam tentar quebrar com o estereótipo desses espaços como inteiramente “devassos” – ex. situações de parentalidade entre prostitutas e seus filhos, e de conjugalidade, envolvendo filhos das mais velhas e novas candidatas à situação de trabalho sexual.

Queremos ainda destacar, que embora não seja o caso dos bordeis visitados, talvez por conta do trabalho que vem sendo realizado pelo EDUCAR, há referência de bordeis que aceitam adolescentes em seus quadros profissionais – como aquele desmantelado em Trindade, acima mencionado. Neste contexto, vale salientar, outra lógica simbólica que se articula na configuração da eroticidade brasileira: aquela que valoriza a juventude das mulheres, em correlação com a possibilidade de situação de “estabelecimento sócio-financeiro” dos homens, organizando um padrão trans-etário de parcerias sexuais (da ordem ou não da conjugalidade) (cf. COSTA, 1992.; BERQUÓ, 1998a e 1998b e RIOS, 2004). Conferir quadro 4.

Nesse sentido, ainda que muitas vezes fora dos bordeis, as adolescentes podem continuar a se afigurar no imaginário erótico dos homens como mais desejáveis que as mulheres mais velhas, mesmo que estas estejam supostamente protegidas por trabalharem nos bordeis. É de se ressaltar, mais uma vez, a fala do promotor que

Quadro 4: Padrão trans-etário de parcerias sexuais

Homem	Mulher
Status sócio-financeiro	Beleza
Maturidade	Juventude

associou a ESCCA como um problema da cultura regional, e a fala do prefeito de Trindade, já citada no capítulo anterior, quando no fechamento do trabalho de campo visando à elaboração do DRP – numa audiência pública na câmara de vereadores de Trindade. Disse que quando os homens da cidade souberam de seus esforços para encontrar recursos para o enfrentamento da ESCCA no município, alguns chegaram a comentar: “*Será que agora não vamos mais comer as novinhas? Só vamos poder comer as veias?*”

Considerando este conjunto de compreensões dos atores locais envolvidos com a temática da ESCCA, podemos dizer que se os homens são os principais autores da forma de violência em foco, alguns fatores podem ser elencados como contribuintes para que os agravos se efetivem:

- A forma assimétrica e hierárquica como a criança e o adolescente, em

especial mulheres, são articuladas pelas relações de gêneros, próprias à cultura local;

- As desigualdades sociais, fruto da injusta distribuição das riquezas, que vai se desdobrar na carência de infraestrutura social, de acesso a bens e serviços básicos para o bem estar social, incluindo o lazer;
- Falta de informação e sensibilização adequada sobre os novos marcos legais, que deveriam orientar as práticas sociais relacionadas à criança, na interface com as questões de sexualidade.

Enfrentamento

Sobre as respostas à situação no município de Araripina, o promotor lembrou, o papel de algumas das instituições responsáveis por promover, proteger e fazer cumprir os direitos da criança. Neste bojo, cabe ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente elaborar políticas e planejar ações, e ao Conselho Tutelar, executar as políticas visando a proteção de crianças e adolescentes. Sobre o primeiro, deu a entender que este não funciona. Pouco antes do DRP o promotor referiu haver enviado ofício pedindo, à instância competente, a sua composição, obteve resposta, mas não tem notícia de seu efetivo funcionamento.

Vale neste ponto destacar que não conseguimos entrevistar representantes do CMDCA, ainda que sua coordenadora, a

própria secretária de Assistência Social, tenha se mostrado bastante solícita a intermediar a nossa conversa com os representantes dos demais eixos.

Embora não tenha feito referência direta, o não funcionamento do CMDCA parece ter a ver com o comentário do Promotor sobre desconhecimento de como tem sido aplicado os 1% do fundo de participação do município, que deve se destinar ao fundo para criança e adolescente.

Sobre o papel do Ministério Público, lembrou que é impedir o abuso e a exploração sexuais. Para isso, realizam, em articulação com o Conselho Tutelar, as Polícias Civil e Militar, blitz em pontos de prostituição. Além disso, também atribuiu ao Ministério o dever de orientar, prevenir e educar, através de palestras nas escolas e rádios, por exemplos. O promotor comentou ainda sobre o caminho da denúncia de violência sexual no sistema de defesa e responsabilização: quando chega a notícia-crime, cabe à polícia civil investigá-la, ouvir os envolvidos, colher provas e formar o inquérito policial. É a promotoria, que analisando o inquérito, formula a denúncia, que segue então para as instâncias de julgamento propriamente ditas.

Ele destacou as dificuldades no trabalho do Ministério Público. Se em um primeiro momento, no inquérito policial, as vítimas e testemunhas apresentam uma versão (onde há dados que permitem dizer que o acusado é o autor da violência e precisa ser responsabilizado pelo que fez), quando são chamados para falar em juízo, outras histórias são contadas e as provas se esvaecem. Muitas

vezes, são as próprias vítimas e/ou seus familiares que apresentam outras versões sobre os casos. Ainda na linha das dificuldades, lembrou que no município existem apenas duas varas, e dois promotores, cabendo a 2ª. Vara responder por situações envolvendo a violação dos direitos de crianças e adolescentes. Ressaltamos que embora fosse titular da primeira vara, na ocasião da entrevista, o informante acumulava também na segunda, uma vez que a promotora encontrava-se de férias. Na segunda vara existia, na ocasião do DRP, cerca de 5.000 processos, o que gera uma morosidade no andamento do trabalho.

O entrevistado falou da existência de alguns projetos estaduais, mas criticou a não visibilidade dos resultados, a inadequação dos mesmos para a realidade cultural da região, a falta de continuidade destes e a ausência de uma sistemática de avaliação dos projetos.

Nesta mesma linha, os entrevistados do eixo *Atenção e Prevenção* comentaram que têm acontecido formações e capacitações, as quais avaliam como boas “na teoria”, mas que não existe uma prática efetiva das orientações dadas nessas formações. Associaram o descompasso à falta de uma instituição que fique responsável de monitorar o andamento das atividades realizadas, de apoiar os técnicos nas dúvidas que surgem quando precisam passar da teoria à prática.

Ainda conforme os entrevistados no eixo *Atenção e Prevenção*, este contexto mais amplo – onde parece se articular estigmatização e falta de solidariedade, a não-percepção das crianças violadas, como

humanas e cidadãs, sujeitos de direitos – traduz-se, no âmbito das instituições que deveriam responder ao fenômeno, numa falta de comprometimento dos profissionais (médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, agentes comunitários, professores e outros) que deveriam ter participações mais ativas. Nossos entrevistados lembraram, também, de uma falta de preparação dos profissionais para um trabalho qualificado com crianças e adolescentes.

Ainda neste eixo, os profissionais entrevistados afirmaram que, para que haja bons resultados nos programas e projetos já existentes, é preciso se ter um trabalho de conscientização dos próprios profissionais que atuam com crianças e adolescentes. Além disso, sugeriram a necessidade de um trabalho no sentido de articular os diferentes profissionais, que supostamente deveriam estar trabalhando para dar conta da questão, como afirmou uma enfermeira entrevistada:

Seria necessário psicólogos, pedagogos, professores, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, enfim... Deveria existir um envolvimento multiprofissional realmente.

Conforme entrevistados dos diferentes eixos, ainda que não seja fácil conscientizar a população e, de forma mais específica, os profissionais, este seria o caminho para trabalhar a questão: trazê-los a pensar sobre o problema, e trabalharem juntos por resultados. De acordo com uma professora entrevistada, – ela é ganhadora de um prêmio

nacional, por um projeto desenvolvido no campo do combate à ESCCA – é necessário um trabalho intenso onde a temática da violência sexual seja vista de forma mais realista possível. Afirmou que colocar a população diante da realidade produz impactos, e leva a reflexão sobre o que estão fazendo para mudar essa rotina:

Os projetos que mais surtem efeitos são esses que extrapolam limites da instituição, andando com a comunidade. Tem que existir atividades mais intensas, mas para isso é preciso de apoio. Deveria haver parcerias partindo do governo, da questão social e inclusive, ajuda financeira.

Sobre estes últimos pontos, ela lembrou que não dispôs de ajuda financeira para a implantação do projeto, utilizou recurso do próprio orçamento da escola. Ademais, apesar do reconhecimento, o projeto, que poderia ser um modelo inspirador para as demais escolas, é desconhecido em muitos contextos do próprio município, até mesmo dos profissionais mais próximos, no campo da educação. Fato que parece apontar para a dificuldade de articulação nos programas de enfrentamento.

Ainda na linha da educação, nossas informantes lembraram o papel importante que poderia ter a escola, no âmbito de conscientizar as crianças e adolescentes sobre a questão, uma vez que aqueles passam parte do dia em sala de aula, como lembrou uma profissional que atua no PETI: *“Todas as*

escolas atendem as crianças, tendo como obrigação saber orientar e ajudar as mesmas”.

Os entrevistados do setor da saúde ressaltaram a carência de quadros, no serviço público, com competência para lidar com a questão. No município, só um hospital privado, conveniado ao SUS, atende os casos. Não existe nos hospitais públicos atendimento às crianças que passaram por situação de violência sexual. Neste sentido, disse a enfermeira de um centro de saúde: *“A saúde tem que se engajar mais, o hospital não tem envolvimento direto com a temática, o enfrentamento andou por outros lados, não pela saúde”*.

Sobre as articulações existentes que sinalizam para uma atuação em rede, referiram que há articulação entre a promotoria e o Conselho Tutelar, que recorrentemente encaminham crianças em situação de risco, ou já em situação de exploração sexual ao PETI.

A educadora que ganhou o prêmio pelo trabalho com ESCCA relatou ter recorrido a médicos, assistentes sociais, psicólogos, no primeiro momento do projeto, onde capacitou os alunos para atuação como pares multiplicadores, mas nada com formalização institucional.

No caso das polícias Militar e Rodoviária Federal, ambas comentaram a falta de efetivo suficiente para se envolverem com mais afinco em estratégias de combate à violência sexual. Na verdade, referiram que a tarefa do combate não lhes diz respeito diretamente, atribuem-na à Polícia Civil. Não

obstante, comentaram que, quando convocados por instâncias como o Ministério Público ou mesmo os Conselhos Tutelares, se envolvem. Exemplificam com as famosas blitz a postos de combustível e estabelecimentos comerciais, onde há suspeita de ocorrências de exploração sexual comercial.

Já os líderes comunitários, assinalaram que o PETI é um dos programas que tem contribuído de forma positiva para o enfrentamento. Não obstante, destacaram que o programa não é ampliado em suas comunidades por conta da lentidão burocrática existente.

Os educadores sociais do programa Educar apareceram nos diferentes eixos como referência importante neste campo, conseguindo fazer a interlocução entre as diferentes instituições envolvidas com o enfrentamento à problemática, e na interface com as comunidades e pessoas em situações de risco, figurando-se como uma das principais portas de entrada para a rede de atenção (Sentinela, PETI e CRAS); sem deixar de fazer, também, a prevenção de agravos e a promoção dos direitos.

4. Ouricuri – A *via crucis* do abuso sexual infantil

No capítulo anterior aprofundamos, a partir dos dados coletados em Araripina, questões relacionadas à ESCCA. Neste capítulo, sem deixar de apresentar o contexto mais amplo da violência sexual contra crianças e adolescentes em Ouricuri, daremos uma atenção especial para o abuso sexual. Retomaremos, a partir de um estudo de caso, a *via crucis* as quais crianças e famílias se submetem em busca de respostas para a situação vivenciada.

Do mesmo modo que em Trindade e Araripina, em Ouricuri, os entrevistados dos diferentes eixos (conferir o Anexo III) são unânimes em reconhecer como recorrente a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda que, como nos outros municípios, apresentem dificuldade em distinguir as modalidades de abuso e exploração.

Não obstante, também neste município, o reconhecimento da problemática caminha em desconhecimento com os instrumentos disponíveis para dimensioná-la em termos quantitativos, e em respondê-la em termos de

prevenção, atenção às vítimas e responsabilização dos autores do agravo.

Uma de nossas entrevistadas do eixo *CMDCA* bem lembrou que a violência sexual tem andado junto com a violência doméstica, podendo, muitas vezes, ser qualificada como uma das formas em que aquela se manifesta. Às vezes, não só em relação à criança e ao adolescente, mas também contra as mulheres adultas.

O quadro que ela descreve para Ouricuri, não é diferente do que vimos se desenhar para os municípios como Araripina e Trindade: os casos de ESCCA ocorrem, geralmente, no horário noturno, próximo às escolas, bares e postos de combustível, às margens das rodovias que cortam o município.

Ainda no que se refere às ocorrências, uma entrevistada do eixo *Comunidades*, comentou saber de quatro casos de exploração, compreendendo crianças de ambos os sexos, de faixa etária entre nove e doze anos, residentes nos bairros mais carentes da cidade. Ela diz que durante as festas, a situação tende a se intensificar, em especial nas festas de final de ano, festa de

São Sebastião, em janeiro, e durante o carnaval.

Outro entrevistado nesse mesmo eixo comenta que a exploração sexual se dá nos postos de gasolina e também nos bares, que ficam abertos até tarde. Geralmente, as envolvidas são meninas, na faixa etária dos 12 anos, e os principais autores do agravo são os caminhoneiros. Comenta ainda, sobre os agenciadores, pessoas que têm a “*questão financeira boa*”.

Ainda que os caminhoneiros permaneçam, também em Ouricuri, como os principais autores da violência na voz de diferentes entrevistados, nossa entrevistada do CMDCA afirma que não se pode esquecer da participação, no agravo, dos integrantes da sociedade local, de classes média e alta; segundo ela, os que mais infligem às leis e abusam de crianças e adolescentes.

As determinações para a emergência do Agravo

Também em Ouricuri é recorrente a referência a certa banalização da violência sexual, bem como, o fato dela se inscrever culturalmente (em especial, quando comentam a busca da população local masculina por adolescentes como parceiras sexuais). Já abordamos estes aspectos quando analisamos os municípios de Trindade e Araripina, interpretações que se mostram válidas, também para a realidade de Ouricuri.

Assim, queremos aprofundar nossa análise retomando dois fatores que foram recorrente apontados como intervenientes para a configuração dos agravos sexuais, em

especial para colocar crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial: organização familiar na interface com os fatores sócio-econômicos.

Família e sociedade

Um de nossos entrevistados do eixo *Comunidades*, explicou que esse a exploração sexual é mais freqüente na zona urbana, e acontecem porque a estrutura familiar é precária, as famílias não possuem emprego e o município não faz nada para ajudar. Nesta fala, percebe-se a clara articulação entre Estado e Família no cumprimento da tarefa de formar cidadãos. Estrutura familiar ganha um sentido mais econômico: dificuldade de prover as necessidades da família, claramente associado às dificuldades infra-estruturais do município, que pode ser mais bem visualizado na caracterização sócio-demográfica apresentada páginas acima.

Em outros relatos, entretanto, o que os entrevistados chamam de “estrutura familiar” parece se figurar menos com questões de inserção econômica das famílias e mais com um modelo idealizado de família (cuja unidade é o pai, mãe e filhos coabitando em uma mesma casa). Qualquer afastamento deste modelo, supostamente, geraria problemas para os seus integrantes, em especial para as crianças.

Em muitos relatos, o conteúdo e o tom da conversa remetem mais a certo moralismo que beira o preconceito, onde a situação da criança já antecipa imaginariamente a situação da família. Ainda que não explicitem muito bem o que consideram “estrutura

familiar”, é esta, em detrimento das condições sociais mais amplas, a principal responsabilizada pelo agravo. Neste sentido, diz uma de nossas entrevistadas do eixo de *Atenção e Prevenção*: “*Enquanto não houver estrutura na família, a situação vai ficar cada vez pior*”.

Proposições moralizantes e estigmatizantes que, além de funcionar na formação de preconceitos contra crianças, adolescentes e seus familiares, por vezes é utilizada de forma invertida para a compreensão do fenômeno em foco – ou seja, se a criança está em situação de exploração, logo possui uma família desestruturada –, desloca muitas vezes o problema, fazendo esquecer forças sociais poderosas, atuantes na configuração do fenômeno, como as questões socioeconômicas e as relações de gênero, por exemplo.

É de se ressaltar que a família, pensada como célula da reprodução da sociedade, deve ser encarada como podendo assumir diversas formas, sem prejuízo necessário para o exercício de suas funções: a socialização das crianças e adolescentes (e, conseqüentemente, a introjeção de valores e do respeito às convenções sociais), cuidado, proteção e promoção de bem estar (cf GOLDANI, 2005; BASTOS, SANTOS e ALCANTARA, 2002; CARVALHO, KOLLER e LORDELO, 2002). Neste contexto, famílias chefiadas por mulheres, ou mais amplamente monoparentais (muito comum na região e no Brasil); famílias pretendidas (pessoas que escolhem morar juntas ainda que não tenham laços de

conjugalidade ou de sangue); famílias homoparentais (cônjuges do mesmo sexo, com ou sem filhos) etc., não devem, por se afastar do modelo hegemônico de família, ser pré-julgadas como desestruturadas ou disfuncionais (por conseguinte desestruturantes e des-funcionantes).

Mais uma vez, lembramos que faz parte do “acordo” na sociedade em que vivemos, que o não-comprimento daquelas tarefas leve a família, em suas múltiplas atualizações, a ter destituído o poder familiar (guarda) sobre os filhos. Não obstante, o outro lado deste mesmo acordo, institui responsabilidades ao Estado: assegurar condições dignas para que aquela (a família) exerça com eficiência e eficácia a sua função de formadora de sujeitos sociais. Neste sentido, além de responsabilizar a família, em especial pelas situações de ESCCA, devemos nos perguntar, num mesmo momento, se ambas as partes do acordo estão sendo cumpridas.

Ora, não estamos propondo quebra do acordo, muito pelo contrário, estamos tentando desvelar o fato de que, muitas vezes inconscientemente, temos apenas visto a parte mais “fraca” (em termos de capital social, econômico e cultural) envolvida na problemática da violação dos direitos (sexuais) de crianças e adolescentes.

Neste sentido, parece haver um foco das ações do Estado no nível da responsabilização (leia-se punição) dos autores da violência, e atenção (leia-se reparação) da saúde da vítima. Valendo ressaltar, serviços que, muitas vezes, funcionam, por diferentes razões, com bastante precariedade. Pouco tem

sido feito nos planos de prevenção do agravo e, sobretudo, da promoção dos direitos da criança, em vistas de realmente erradicar estas formas de violência. É certo que, mais recentemente, temos tido uma série de campanhas, sensibilizações etc, direcionadas às famílias, autores da violência e às próprias crianças – informações que, ressaltamos são de suma importância para reduzir a incidência dos agravos aqui em foco.

Não obstante, o que queremos sublinhar é que aquelas só poderão, de fato, se tornar eficazes quando articuladas por outra lógica: saírem simplesmente do plano negativo do direito (aumento das denúncias e coibição destes tipos de crime) rumando para o direito entendido enquanto um bem, o direito como realmente um quadro de promoção de cidadania (cf. PETCHESKY, 1999). Neste sentido, a sensibilização precisa acontecer articulada com ações de reais modificações estruturais: acesso aos capitais econômicos, sociais e culturais da sociedade onde vivem.

Talvez por isso seja mais fácil continuar responsabilizando a família, quando não as próprias crianças, pelo agravo ao qual estão sendo submetidas; e/ou tentando reparar o mal depois que acontece, oferecendo, de modo precário, aparatos de punição e saúde.

Abuso sexual contra criança

É a partir desta reflexão sobre os direitos da criança que queremos retomar um caso, que pode, dado a escassez de dados sobre o assunto, se tornar paradigmático para pensar o abuso sexual contra crianças na região.

Lembremos, mais uma vez, que contrariamente às situações de ESCCA, que ganham mais visibilidade por muitas vezes se configurar em espaços públicos, os casos de abuso, por envolverem aspectos da vida privada das famílias, pouco se expressou nas conversas que tivemos nos dias de pesquisa nos três municípios do Pólo Gesseiro. Quando falávamos de violência sexual, logo as situações de ESCCA tomavam conta do relato.

Por obra do acaso, quando de nossa visita à delegacia de Ouricuri, uma situação de abuso sexual intra-familiar tinha chegado a público. A mãe e avó de uma menina de sete anos se engajavam na *via crucis* que é buscar por responsabilização do autor da violência e atenção à saúde da vítima.

Conversamos com a avó, uma senhora na casa dos 60 anos de idade. Ela nos disse que o autor da violência fora seu irmão. Ela e a mãe da menina haviam se ausentado de casa, ficando o tio-avô responsável pela criança. A menina, com a volta das mulheres, começa a se queixar de prurido na região da vagina, a avó começa a investigar, junto à criança, possíveis causas para a inflamação instalada. A menina então relata os detalhes do abuso sofrido.

As duas mulheres começam, então, a busca por atenção, nos aparelhos oferecidos pelo Estado. Vão ao posto de saúde. Mesmo sabendo do acontecido, o procedimento da pessoa que as atendeu foi de marcar um exame “*de cultura*” (sic.), da região afetada, dali a 15 dias – lembremos que, conforme a avó, a menina apresentava a região genital

visivelmente irritada, e estava se queixando do incômodo e dor que o quadro lhe apresentava.

Ao lado da busca por atenção à saúde, as mulheres recorreram à delegacia para formular a notificação do que tinha acontecido. Já era a segunda vez que vinham à delegacia, quando tivemos a oportunidade de conversar com a avó. A menina não estava presente.

A avó nos relata o acontecido e finaliza dizendo que estava indignada com o atendimento recebido no sistema público de saúde. Ademais, dado a evolução do quadro da neta, estava antevendo os custos que o cuidado à saúde da mesma implicaria (exames, remédios etc.). Assim, a decisão de “dar parte” do irmão dizia de uma tentativa de que ele, pelo menos, arcasse com os gastos que o ato cometido implicou: uma reparação. Não se sabe se ela continuaria a acusar o irmão pela autoria da violência quando viesse a saber das punições previstas em lei para o crime cometido por ele.

Voltamos à Secretaria de Ação Social de Ouricuri, de posse dos contatos da família e com a intenção de, pelo menos naquele caso concreto, poder intervir para uma atenção de melhor qualidade. Imediatamente o pessoal do *Educar* foi acionado, indo ao encontro da avó, que ainda se encontrava na delegacia. Concomitantemente a rede de cuidado à saúde foi acionada, no sentido de que a atenção fosse feita em um espaço de tempo que condissesse com a gravidade do acontecido e as implicações para a saúde da menina.

O caso apresentado fala por si só. Não obstante, vale, a partir da série de eventos apresentados, fazer alguns destaques e considerações:

- A dificuldade de atendimento eficiente no sistema de saúde, o que pode estar relacionado a uma carência de quadros e de equipamentos, além da própria capacitação (e sensibilização) dos profissionais para lidar com a situação;
- A ausência de protocolos e fluxos que tornem a atenção uma ação articulada e integral. Nos três municípios, observamos uma desarticulação neste sentido. Muitas das vezes, os profissionais sabiam sobre o modo como atuar, mas não tinham certeza sobre quais instituições acionar, para que a atenção fosse maximizada. Protocolos e fluxos permitiriam que os diferentes aparatos institucionais, criados para lidar com tais casos, fossem acionados articuladamente, de modo que o acompanhamento do caso se desse nas diferentes instâncias de competências. Inclusive, podendo reduzir os danos da re-vitimização (re-escuta em cada uma das instâncias de atendimento, que geralmente envolve a própria criança, em detrimento de sua saúde psíquica). Tais protocolos e fluxos precisariam estar apropriados por

todos os responsáveis pelos atendimentos. Informação que também deveria ser oferecida de forma clara para os próprios usuários. Acreditamos que, isso serviria, também, como uma forma de monitoramento da qualidade dos atendimentos prestados, uma vez que, com o incremento da utilização do sistema de referência e contra-referência (e para além do sistema de saúde), as possíveis falhas dos atendimentos poderiam mais facilmente ser identificadas e sanadas;

- Relembrando o que foi relatado pelo Promotor de Araripina, vale enfatizar as dificuldades enfrentadas pela própria delegacia, e mais amplamente, o sistema de responsabilização, para coletar as provas para consubstanciar o inquérito. No caso em apresso, o Instituto de Medicina Legal, responsável por realizar o corpo-delito, mais próximo localiza-se no município de Petrolina. Em casos de abusos envolvendo crianças, a prova material é, muitas vezes, a única evidência tangível do ato infrator. Muitas vezes, se os exames não forem realizados nas primeiras horas logo após o acontecido, o próprio organismo tende a apagar os vestígios. Destaquemos que, ainda que alguns juízes mais sensíveis considerem, na ausência de prova

material, o relato das crianças e/ou do autor da queixa, é muito comum, quando o caso segue no judiciário e os envolvidos são chamados a ser rescutados, os relatos, por diferentes fatores, mudarem de figura – a queixa ser retirada, a criança, na presença do autor da violência e no ambiente do judiciário, se intimidar no momento de recontar o acontecido, trazendo um discurso que não permite configurar o delito acontecido etc. Considerando o caso apresentado, mais uma vez questionamos se a avó manterá a queixa quando venha saber que a punição para o ato cometido pelo seu irmão não se restringirá ao mero pagamento dos custos pela atenção à saúde da menina, mas implicará em detenção.

Enfrentamento

Como já assinalamos, os entrevistados dos diferentes eixos referem uma alta ocorrência de abuso/exploração sexual e ressaltam que é preciso um trabalho em conjunto para que haja mais resultados positivos e assim uma diminuição na problemática.

Assim, dando continuidade à discussão sobre o enfrentamento à violência sexual no município, iniciada no tópico anterior, retomemos uma importante percepção de um dos entrevistados no eixo *Comunidades*. Ele lembrou a importância do engajamento das

autoridades municipais com a temática para as ações acontecerem:

... aqui já teve juizes de se movimentar bastante. Promotor, de flagrar, assim, as pessoas nos postos de gasolina e tomar outras atitudes.

... olha, hoje é assim. Quando tem o governo, tá fazendo uma mobilização, da Criança e do Adolescente, aí todo mundo se mobiliza, quando o pessoal chega aqui: “Ah! Realmente o pessoal aqui é empolgado, tal”. Aí, quando dá as costas, parou!

Outro entrevistado do mesmo eixo assinala a carência de quadros e equipamentos nos serviços que deveriam responder à violência sexual:

No caso, eles deveriam contratar mais pessoas capacitadas para assumir o cargo de conselheiro, para cuidar da criança e do adolescente e atuar melhor quando houver uma ocorrência, uma urgência tá lá. (...) e outra, também, ter um local organizado, um transporte, um telefone, um carro. As vezes a gente quer denunciar e não pode, tá bloqueado, ou preciso de um cartão, isso deveria ser de graça. Se eu não tiver um cartão na mão, o mal acontece e aí quando vem já é tarde.

Outra de nossas entrevistadas, ainda no mesmo eixo, também assinala a importância

da atuação do Conselho Tutelar no trabalho de combate à violência sexual, “(...) *que vem trabalhando bastante no combate a esse índice de violência contra criança e adolescente, que vem desempenhando o trabalho deles*”. Ressalta ainda a importância do CRAS na atenção:

Lá é, às vezes, onde eles (crianças e adolescentes) vão procurar assistência social. A pessoa diz suas necessidades e lá eles vão tomar as providências. Então o CRAS é de fundamental importância, sendo implantado em nosso bairro, e nós estamos satisfeitos.

Sugere, entretanto, um incremento nos recursos ofertados aos bairros pobres, em termos de esporte e lazer para as pessoas, o que qualifica como: “enriquecer a comunidade”. Além disso, sugere por um lado, aumentar a fiscalização e, por outro, diversificar as alternativas de trabalho para os envolvidos na ESCCA:

a gente tem pessoas de menores em nosso bairro que se prostituí. Então a gente vê que precisa que seja mais fiscalizado. (...) [Deveria ser criado um] meio de ajuda para essas pessoas que são necessitadas e se vendem para conseguir alguma coisa.

Conforme a entrevistada no eixo CMDCA, os casos de denúncias de abuso sexual, intra-familiar e extra-familiar, tem se originado de vizinhos e das pessoas ligadas à

vítimas de alguma forma. Fenômeno que considera um resultado satisfatório das ações de sensibilização que vêm sendo realizadas no município. Eles são encaminhados para o programa Sentinela, para psicólogos que dão apoio ao Conselho de Direitos, ao Conselho Tutelar e à Promotoria de Justiça.

A entrevistada fala sobre a importância da participação de instituições como o Clube de Castores e outras entidades filantrópicas do município, além das Secretarias de Ação Social, Educação e Saúde. Comenta que, graças às ações de mobilização realizadas na cidade, houve uma redução visível dos casos de “prostituição infantil”. A ação articulada entre programas como o *Educar*; além do Centro de Orientação e Aconselhamento Sorológico (COAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Sentinela, tem possibilitado um combate mais eficaz da violência e da exploração sexual de crianças e jovens.

Não obstante, e em certo desacordo com a visão apresentada do ponto de vista do CMDCA, que sinaliza para existência de articulação entre os atores envolvidos na resposta à violência sexual, os entrevistados do eixo *Atenção e Prevenção* afirmam que esta ainda é bastante precária e que deve existir uma verdadeira articulação entre os serviços de atendimento às crianças e adolescentes visando a melhoria e agilidade no atendimento e funcionamento integrado da rede.

Ressaltam que a falta de articulação entre os programas – já exemplificada no caso

acima apresentado –, acaba sendo um obstáculo para melhores resultados, e os trabalhos desenvolvidos acabam sendo prejudicados por essa ausência de parceria: “*Existe uma certa distância entre os programas, o que falta pra dar certo é o trabalho em parceria.*”

Nessa linha, é lugar comum entre os diferentes entrevistados no eixo *Comunidades* referência a existência de uma desarticulação entre prefeitura e associações. Estas últimas não têm articulação com outros órgãos, nem apoio dos mesmos para um melhor desenvolvimento do trabalho feito. Na opinião de um dos líderes comunitários entrevistados, seria necessária mais participação das associações junto à prefeitura e órgãos competentes, já que a falta desse trabalho em rede dificulta a melhoria de condições de enfrentamento da violência sexual.

Para os entrevistados do eixo *Atenção e Prevenção*, a conscientização da comunidade vem a ser uma ferramenta que irá favorecer o andamento dos programas: “*Seria necessário repassar conhecimento, informação sobre essa realidade*”. Acreditam que, numa sociedade informada, o abuso/exploração diminuiria, haveria mais denúncias e as próprias vítimas tomariam ciência dos riscos que estariam correndo na prática desse ato: “*A sociedade tem que se envolver, e parar de excluir até mesmo indiretamente, por uma criação fechada... Cada um fazendo sua parte, não passando a responsabilidade a frente.*”

Uma de nossas entrevistadas, ainda no eixo de *Atenção e Prevenção*, reitera que o trabalho precisa começar na conscientização das pessoas que estão trabalhando com crianças e adolescentes. Toda sociedade tem que estar envolvida, e a educação tem como sensibilizar as crianças desde cedo, fazendo com que conheçam a realidade e conseqüências de tais práticas.

No olhar dos entrevistados, também a Saúde tem que ter maior participação nessa problemática: é dever dela cuidar e orientar essas crianças e adolescentes e buscar meios de conscientizar sobre o ato sexual e sobre as IST. Assim, parece que antes de informar a comunidade mais ampla sobre o fenômeno, os diferentes entrevistados assinalam a necessidade de uma maior apropriação do tema, para que possam melhor atuar. Ainda na linha da necessidade de informação qualificada para os profissionais, lembra a entrevistada do CMDCA, por exemplo, da importância das capacitações para os policiais, e para outros profissionais que trabalham na delegacia e lidam diretamente com as vítimas de abuso e exploração sexual.

Ainda no que se refere a capacitações e formações, uma de nossas entrevistadas do eixo *Comunidades* relata que já participou de capacitação ao enfrentamento da temática. Na sua avaliação, entretanto, o interesse dos profissionais que atuam no município é pequeno:

achei um pouco sem interesse,
quem participava era a comunidade,
os presidentes de bairro, a gente

tava participando porque quer a melhora. Mas o pessoal não escutava o que a gente dizia. E depois não aconteceu mais nada, foi uma vez e pronto. Até a gente queria dar uma sugestão, dizer o que acontecia, mas teve pessoas que não deixavam praticamente que falasse. Ouviram, mas não quiseram entender, não deram ouvido. A grande realidade inclui muita gente que depende de alguns pontos, que lá dentro começa a bebedeira das crianças, começa a prostituição, começa tudo lá. Então, né, não foi pra frente. Por isso que eu digo precisa ter mais interesse sobre esse assunto.

5. Enfrentamento em rede – Desafios no Pólo Gesseiro

Embora cada município tenha especificidades históricas que os singularizam, no que se refere à problemática em foco, podemos dizer que o quadro é muito semelhante. Durante o Diagnóstico Rápido Participativo, constatamos que os aspectos estruturais (sócio-econômicos) e culturais que contribuem para configurar o agravo, são semelhantes nos três municípios.

Ainda nesse caminho, é importante também considerar os relatos sobre os trânsitos e fluxos de crianças entre os três municípios em foco, e outros da região, apontando para a necessidade de uma articulação que vá além das equipes profissionais locais e envolvam outros municípios, de forma a dar conta do fenômeno. Fato que reforçou a nossa opção em trabalhar os três municípios de forma o mais possível integrada, perspectiva que, na verdade, pode ser encontrada desde a articulação que possibilitou a chegada do PAIR na região.

Justificada a forma em que a temática foi abordada, considerando as especificidades de cada município e aspectos comuns aos três,

sigamos na linha de ressaltar os principais achados do Diagnóstico.

Um primeiro ponto a ser destacado é a percepção, compartilhada por gestores, técnicos e os mais diferentes entrevistados, da existência de violência sexual contra crianças e adolescentes nos três municípios e, sobretudo, o compromisso em enfrentá-la. Fato que se expressa nas diferentes ações já em realização nos municípios, dentre elas o próprio PAIR.

Merece também ser sublinhada, a percepção local de que o caminho para enfrentar a violência sexual passaria por:

- Geração de emprego e renda para jovens e famílias;
- Acesso a equipamentos sociais de educação, saúde, proteção, cultura e lazer;
- Em síntese, redistribuição das riquezas dos municípios.

Vale aqui ressaltar, que a saída do contexto de pobreza via a geração de renda, deve considerar as especificidades da cultura e também as condições naturais relacionadas

à geografia local. Como observamos através dos dados demográficos disponíveis, a grande maioria da população trabalha, efetivamente, nas atividades agro-pecuárias. Ainda que a extração da gipsita e indústria do gesso tenham incrementado, em certo sentido, a economia dos três municípios, parece não ser capaz de absolver toda a mão de obra local. Do mesmo modo, os serviços públicos, outra importante alternativa de emprego nos municípios.

Não obstante, parece haver pouco investimento para as atividades agro-pecuárias, comparado os empreendidos pelos governos estadual e municipais para viabilizar a expansão da indústria da gipsita.

Os estudos contemporâneos sobre o sertão mostram que a falácia climática da seca se figura, muito mais, como estratégia ideológica para a manutenção da exploração e opressão, do que como fato real incontornável. Talvez, no contexto estudado, a indústria do gesso poderia se figurar como caminho, e sustentação, para investimento em outras áreas laborais. Investimento que, se, por um lado, deve respeitar a vocação agro-pecuária local, por outro, deve dar conta também de outros âmbitos da vida social (saúde, educação, lazer etc) de forma que, numa atuação integral, se consiga mudar os baixos índices de desenvolvimento humano que marcam a região do Araripe.

No contexto do enfrentamento, ainda que os autores reconhecessem, na ocasião do DRP, uma série de entraves e dificuldades para que ações se tornem mais eficazes, é importante destacar que elas existiam. Neste

sentido, merecem serem mencionadas algumas instituições-chave:

- A existência de Conselhos Tutelares nos três municípios;
- Os profissionais remanescentes do EDUCAR – importante porta de entrada, ação exemplar de promoção à saúde e cidadania – ainda atuando nos municípios;
- Programas SENTINELA.

Ainda no contexto do que já existe e precisa ser reforçado ou incrementado, acenamos para a necessidade de

- Ampliação do quadros de profissionais existentes;
- Formação continuada dos profissionais;
- Sensibilização da população para os marcos normativos sobre crianças e adolescentes;
- Criação/fortalecimento dos CMDCA e Conselhos Tutelares.

Os dados e análises deste DRP, também apontam para a necessidade de:

- Incorporar, nas modalidades de violência sexual e agendas de enfrentamento, outras formas de violação de direitos que comumente não são percebidas enquanto tal: homofobia e preconceito contra meninas em situação de ESCCA, por exemplos;
- Criação de um sistema de vigilância e notificação, com linguagem

compartilhada, informatizado e de fácil acesso aos envolvidos no enfrentamento;

- Ainda neste sentido, a criação de protocolos e fluxos que facilitem e reforcem o sistema de referência e contra-referência, em última instância, a integralidade na prestação do serviço.

No âmbito de melhorar o enfrentamento à violência sexual, fortalecendo a rede existente e agregando novos atores, vale destacar alguns desafios que, na ocasião do DRP, julgávamos precisar ser encarados e vencidos:

- A dificuldade de atribuições de papéis, de modo a não haver a superposição e/ou desvios de funções;
- Ausência de definição dos fluxos, e de como envolver as diferentes instâncias institucionais comprometidas com o enfrentamento à violência sexual;
- Não compartilhamento de uma linguagem comum;
- Compreensão moralizante e estigmatizante da problemática;
- Troca constante das autoridades e equipes, comprometendo a continuidade das ações;
- Falta de uso (e conhecimento) dos Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, elaborados com ampla participação em 2005.

Neste contexto, onde diferentes forças tendem a desarticular a rede, uma questão foi pensada como importante para inverter o quadro, e pode ser resumida do seguinte modo: Que instância/instituição poderia se responsabilizar por estar constantemente (re)tecendo a rede?

Os achados do DRP, sintetizados neste capítulo, foram tomados como guia para as ações subsequentes do Programa. A partir do retrato acima esboçado realizamos o trabalho de sensibilizar e instrumentalizar conceitualmente atores pertencentes aos diferentes eixos que deveriam formar, idealmente, uma rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. É sobre este trabalho, os desafios, avanços e retrocessos, que refletiremos no próximo capítulo deste livro.

6. Sobre os avanços e os retrocessos

Vale iniciar este último capítulo, dedicado à avaliação do processo de implementação do PAIR no Pólo Gesseiro pernambucano, lembrando que a realização do Diagnóstico Rápido e Participativo⁹, teve como finalidade produzir um panorama da problemática e das respostas à violência sexual contra crianças e adolescentes localmente. Após o DRP, realizamos um conjunto de ações, integrantes da Matriz de Disseminação do PAIR (PAIR, 2007), são elas: o Seminário do Plano Operativo Local, Monitoramento e Capacitações. Do mesmo modo, demos continuidade à Articulação Política, iniciada desde os preparativos para a chegada do Programa no estado, ainda em 2006. Este último elemento vem sendo feito até o presente momento, quando nos preparamos para a realização das ações finais constantes na referida Matriz: o Pacto com a Sociedade e a Assessoria Técnica.

O capítulo está organizado de modo que, inicialmente, discorreremos sobre a

implementação das referidas ações. Em seguida, a partir dos dados do monitoramento, estabeleceremos uma avaliação do que foi o processo até março de 2009, em seus avanços e retrocessos, neste momento considerando as especificidades de cada município.

O passo a passo após o DRP

Quando vamos discorrer sobre a implementação de qualquer projeto ou programa, é importante lembrar a decalagem entre ideal e real. No processo da passagem do papel às práticas um conjunto de variáveis, a princípio não planejadas ou não bem dimensionadas, vai sempre se interpor, exigindo criatividade por parte de uma equipe executora, de modo que os objetivos inicialmente programados possam ser alcançados.

Esta reflexão foi se tornando cada vez mais verdadeira, na medida em que nos deparávamos com inúmeros obstáculos no caminho; em especial os relacionados à Articulação Política. Este com rebatimento nos prazos e, como num efeito cascata, nos

⁹ Os resultados e análises do DRP foram apresentados nos capítulos anteriores

recursos financeiros disponíveis. A sinergia de obstáculos e desafios estava, então, colocada e a flexibilidade da equipe foi elemento chave para os êxitos alcançados. Iniciemos nossas reflexões pelas questões referentes à Articulação Política, apontada como um dos principais fatores para as dificuldades encontradas.

Articulação Política (no nível estadual)

Como já mencionamos, para a chegada do PAIR aos municípios, um conjunto de instituições locais e estaduais se mobilizaram para formular planos de trabalho para as quatro localidades objeto do Programa. A partir do final de 2006, a UFPE foi comunicada que executaria a tarefa de implementá-lo. Uma equipe gestora foi formada a partir dos quadros da universidade, considerando os expertises e interesses dos professores, então convidados para exercer o papel de coordenadores estaduais do programa.

Pode-se dizer que os professores “caíram de pára-quedas”, sendo responsáveis por executar um plano de trabalho para o qual não contribuíram na sua formulação, e numa teia de forças políticas a qual não tinham nenhuma ambiência. Ao aceitarem implementar o PAIR, sabiam, iriam aprender sobre ele na lida.

A Matriz de Disseminação, primeiro documento que tivemos acesso, já nos alertava do papel fundamental da Articulação Política. Mas, sejamos sinceros, nós, ainda no início do processo, não tínhamos a dimensão do que esta prerrogativa implicaria em termos

de investimento e esforços. Não imaginávamos a dificuldade que seria articular instituições, as quais se dizem comprometidas com a promoção e proteção dos direitos da criança – e que, pensávamos, já deveriam atuar articuladas. Mas não foi bem isso que a prática nos mostrou.

Frente às dificuldades de articulação que começamos a vivenciar já no início do processo, sobretudo no que se referia a equacionar as ações (e recursos) entre Recife (outra cidade objeto do PAIR no estado) e os três municípios do Pólo, acionamos a coordenação nacional do Programa, que, em julho de 2007, veio em nosso auxílio. Na ocasião, além de conversar com instâncias governamentais do estado de Pernambuco e do município do Recife, nos comunicou sobre a necessidade de constituir um Comitê Gestor Estadual¹⁰. Este funcionaria no âmbito do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), devendo ser referendado por uma resolução desta instituição.

Para impulsionar o processo, foi realizada uma reunião com as instituições que contribuíram para a elaboração do plano de

¹⁰ Na formulação da Coordenação Nacional do PAIR o Comitê Gestor Estadual deveria ser um “órgão colegiado e deliberativo, responsável pelas ações de âmbito estadual, inclusive de acompanhamento e monitoramento dos Planos Operativos Locais. Deverá ser criado no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente” (slide institucional do PAIR-Nacional, apresentado em julho de 2007).

trabalho apresentado à coordenação nacional do PAIR, a Universidade e representantes do CEDCA, as quais formaram um Comitê provisório, com a missão de gerir a implementação do PAIR no estado e formular a minuta da resolução para a institucionalização do Comitê Gestor Estadual.

Poucos dias após a pactuação entre as supracitadas instituições, a coordenação local do PAIR foi convidada para apresentar o programa ao pleno do CEDCA, de modo a dar segmento ao processo de institucionalização. Após a apresentação, dúvidas e críticas foram apresentadas por alguns dos conselheiros. Chamou atenção a desconfiança de alguns deles em relação aos “enlatados” (sic.) do Governo Federal, que, como diziam, “chegavam de cima para baixo” (sic.), sem considerar a realidade local. Ainda na linha das discordâncias, diziam não aceitar a exigência de “Brasília” (sic.) no que se refere ao funcionamento do Comitê Gestor Estadual no âmbito do CEDCA, tão pouco com os termos das atribuições do Comitê como sugerido pela Coordenação Estadual do PAIR. Ainda que não tenha havido votação formal, esta posição nos pareceu majoritária – quase consensual.

Nós, enquanto equipe de coordenação, saímos da reunião com a certeza de que o Pleno, instância deliberativa do Conselho Estadual, não queria o Comitê funcionado ali. Por outro lado, tínhamos a orientação de “Brasília” que nos falava da importância de um Comitê Gestor Estadual funcionado no âmbito do CEDCA – nos diziam: seria esta

uma instância de Articulação Política de suma importância para o sucesso do programa no Estado. Voltamos, então, ao Conselho para uma conversa com suas instâncias de direção com o objetivo de construirmos um meio termo entre o funcionamento do Comitê Gestor Estadual no âmbito do CEDCA e a recusa inicial por parte do pleno. A direção nos apresentou outra versão da reunião a qual estivemos presente. Disseram que o Conselho queria, sim, o PAIR funcionando em seu interior e que deveríamos dar andamento à elaboração da minuta. Nessa ocasião, a direção do CEDCA liberou o espaço para a realização das reuniões de gestão do programa. Mesmo com dúvidas em relação às interpretações sobre as deliberações da reunião de pleno, procedemos conforme estávamos sendo aconselhados no momento.

De fato, a constituição e o funcionamento do Comitê Gestor Estadual consiste em complexo processo e mereceria investimentos reflexivos que vão além dos limites deste texto. Não obstante, queremos pontuar que, nele, os embates políticos foram muito fortes, o que culminou, em sua extinção em agosto de 2008.

Depois de muitos meses de discussões sobre as atribuições do Comitê e seus componentes, conseguimos elaborar a minuta da resolução.¹¹ Esta foi devidamente

¹¹ A minuta foi elaborada no início do ano de 2008 tendo como base a definição do Comitê Gestor Estadual elaborada pela coordenação nacional do PAIR – documento que tivemos acesso no meio do ano de 2007 quando da primeira visita da coordenação nacional ao PAIR/PE. A minuta

encaminhada para o setor jurídico do CEDCA, via a representante deste órgão no âmbito do Comitê Gestor Estadual. Recorrentemente solicitávamos, em vão, à representação do CEDCA no Comitê, retornos sobre o andamento da resolução. Esta, reiteradamente, dizia que a minuta estaria no setor jurídico do Conselho para análise. Frente à demora, e também por que queríamos apresentar ao Conselho os andamentos das ações, agendamos uma apresentação do PAIR para o Pleno do CEDCA.

Na ocasião, não só o Pleno reafirmou aquele nosso primeiro entendimento (o de uma impropriedade do funcionamento do Comitê Gestor do PAIR no Conselho), também apontou para o engodo que os nossos interlocutores privilegiados naquela instituição vinham submetendo os integrantes do Comitê. A minuta ficou meses engavetada!

Naquela ocasião resolvemos dar nova configuração ao Comitê. Foi constituído, como um Grupo Assessor, formado com as instituições remanescente, as quais avaliamos realmente estarem comprometidas com o programa. A partir de então, elegemos como instância privilegiada de interlocução e Articulação Política a Rede Estadual de Combate à Violência Sexual contra Crianças

elaborada a partir de diversas discussões pelos até então participantes das reuniões do CGE consta da definição do Comitê, suas atribuições e representantes (titular e suplente) considerando as especificidades do agravo no estado e a rede local de enfrentamento.

e Adolescentes¹² e passamos a realizar as reuniões do Grupo Assessor no campus da Universidade.

Convém destacar que o período em que o PAIR passou “supostamente” no CEDCA, implicou em uma morosidade para implementação das ações do programa. O entendimento de que o Comitê seria a instância deliberativa para a realização das ações, implicou na compreensão de que tudo o que precisasse ser feito deveria passar pelo aval do Comitê (provisório) e, para isso, deveria existir quórum nas reuniões (mensais) – e muitas reuniões foram adiadas por conta das ausências dos representantes. Destacamos, também, o que denominaremos aqui de “ciranda das representações”: a cada encontro mudavam os representantes das instituições integrantes do Comitê, ou seja, novos atores se integravam ao processo, e, por não estarem atualizados em relação às informações sobre as reuniões precedentes, solicitavam elementos de modo a poder se engajar no trabalho. Por tudo isso, as

¹² Convém destacar que, na nossa compreensão, um dos principais objetivos do PAIR é o de formar redes, tanto na dimensão de estabelecimento de atribuições e fluxos de atendimento, como na dimensão política. O Comitê Gestor Municipal, ao qual nos determos mais adiante, seria o embrião de uma Rede política que deveria continuar existindo após a retirada do Programa do município. Do mesmo modo, o Comitê Gestor Estadual. Neste caso, o estado de Pernambuco já possui tal rede. Foi seguindo esta lógica que elegemos a Rede como interlocutora privilegiada a partir de então.

atividades previstas na Matriz foram recorrentemente adiadas.

Havia ainda a compreensão de que o Comitê deveria ter a função de monitorar a realização das atividades – idéia, ressaltamos, da qual compartilhamos. Não obstante, a forma como este monitoramento foi, muitas vezes, realizado, parecia desconhecer que as atividades haviam sido pensadas e planejadas conjuntamente. Muitos dos participantes do Comitê, que assumiram ao longo do processo o papel de monitorar as ações no sertão, perdiam a dimensão de pactuação conjunta do que foram monitorar, assumindo uma postura de crítica destrutiva.

Na nossa leitura, ainda que não explicitado, os integrantes do comitê que agiam deste modo (faltas, que de certo modo boicotavam o andamento das atividades; críticas destrutivas que desestimulavam os atores, fazendo com que alguns fossem se afastando do processo) traziam para aquele âmbito embates políticos travados em outros espaços.

O fato é que, como já apontamos, além dos esforços em contemporizar posições, ao respeitarmos as regras (em especial a relacionada à deliberação) do jogo, precisamos adiar as realizações de muitas ações, fazendo com que o Programa se estendesse em sua realização, bem mais do que o previsto (inicialmente um ano). O adiamento, ressaltamos, trouxe implicações na distribuição dos recursos financeiros. A partir de agosto de 2008, a forma operativa de criar um Grupo Assessor trouxe mais fluidez para as tomadas de decisões, não obstante, as

implicações temporais (relacionada à dinâmica do Comitê) já estavam postas, e o comprometimento maior já se afigurava no mesmo mês em que o Comitê se desfez. Estamos nos referindo ao nosso mais nefasto obstáculo: a chegada das eleições municipais.

Deixemos esta e outras discussões sobre obstáculos e desafios, avanços e retrocessos, para o final deste capítulo, voltando, por agora, para a descrição da realização das outras ações: Seminário do Plano Operativo Local; Monitoramento e Capacitações.

O PAIR no Pólo Gesseiro

Em agosto de 2007 aconteceu o Seminário para a construção do Plano Operativo Local (POL), ocasião em que o DRP foi apresentado à comunidade. O seminário POL¹³ visou mobilizar o trabalho

¹³ O seminário foi realizado em quatro turnos (três dias) em três momentos:

- I- Tarde do primeiro dia (em Araripina): participaram conjuntamente os atores dos três municípios envolvidos. Nesta ocasião, foram apresentados os resultados da pesquisa da FUNDAJ (2006) e do DRP, outras pesquisas desenvolvidas na região sobre a temática, e experiências exitosas de enfrentamento a violência sexual contra criança e adolescente.
- II- Segundo dia (nos respectivos municípios): cada município se debruçou sobre seus respectivos planos de enfrentamento. Os participantes foram divididos em seis grupos, orientados pela lógica dos seis eixos (preconizados no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil). Cada grupo discutiu e propôs três problemas e ações a serem incluídos no plano operativo.

articulado entre as diferentes instituições que deveriam responder ao agravo. Do mesmo modo, com a formação, no final do processo, do Comitê Gestor Municipal, criar o embrião de uma Rede de Enfrentamento, numa dimensão mais política. De forma mais pragmática fazer os municípios avançarem na execução dos Planos de Enfrentamentos da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Municipais (PAIR, 2007).

Durante o seminário, os participantes tiveram por tarefa, trabalhar sobre as metas dos seus respectivos planos de enfrentamento¹⁴ (bem como dos planos estadual e nacional), e tendo em perspectiva o DRP, de modo a construir atividades que pudessem ser realizadas no período máximo de um ano. Foram convidados para o seminário POL os atores sociais entrevistados na ocasião do Diagnóstico, bem como outros representantes de instituições governamentais e da sociedade civil organizada. Assim, partindo da análise da realidade local (DRP) e respeitando as possibilidades dos recursos humanos e financeiros de cada município, foi traçado um conjunto de atividades, divididas

entre os grupos de atores-chave e definidas as parcerias para as suas realizações.

Se, por um lado, o seminário pôde, ao final, tentar tornar o plano exequível, por outro, as próprias discussões que ocorreram naquele espaço, constituíram matéria para verificar o nível de recursos teórico-técnicos para o trabalho, oferecendo, junto com o DRP, elementos para se pensar a etapa seguinte do Programa: o processo de formação. Nessa linha, como mostraremos adiante, os próprios esforços (ou ausência deles) para implementação das atividades, também ofereceram subsídios para constituir o programa do curso e oficinas, de modo que as temáticas abordadas respeitassem o contexto – empírico e reflexivo – local; assim, que se realizasse a construção coletiva dos conteúdos ao longo das formações.

Como mencionado, ao final do seminário foram criados os Comitês Gestores Municipais, com o intuito de viabilizar a manutenção das mobilizações nos municípios e estimular o engajamento dos atores locais. Seriam os membros dos Comitês Municipais os principais articuladores para a realização das atividades, também deveriam ter participação efetiva enquanto representantes legítimos dos municípios atendidos pelo PAIR nas reuniões junto ao Comitê Gestor Estadual.

Reiteramos que a realização do Seminário POL, assim como a implementação das atividades propostas a partir deste evento, funcionaram como uma espécie de termômetro da mobilização e articulação das instituições que deveriam vir a formar as

II- Terceiro dia (nos respectivos municípios): Cada grupo apresentou sua proposta aos demais. Nova rodada de discussão foi realizada e conjuntamente foi pactuado o POL. Ao final desta etapa, foi eleito o Comitê Gestor Municipal, sendo este, como já apontado, instância Municipal privilegiada de articulação política.

¹⁴ Relembramos que os três municípios tinham planos locais de enfrentamento, ainda que nos três municípios os planos estivessem engavetados e desconhecidos pela maioria dos atores.

redes municipais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A partir de um monitoramento assistemático inicial, viabilizado através de contatos pela internet, telefone e pela presença de alguns representantes municipais na primeira reunião do Comitê Estadual após a realização do Seminário, foi observado que as propostas feitas pelos integrantes dos eixos estratégicos, em sua grande maioria, não haviam saído do papel um mês após o término do Seminário nos municípios¹⁵.

Diante de tal situação, a equipe resolveu antecipar a etapa de Monitoramento e Avaliação¹⁶, viabilizando uma visita imediata em cada um dos municípios (outubro de 2008) para dar um suporte aos Comitês Gestores Locais, orientando-os sobre como proceder para a execução das atividades formuladas no POL e mesmo avaliar as dificuldades para a implementação do PAIR no município.

Com o Monitoramento mensal (alternando contatos telefônicos, via e-mail, visitas da equipe e vindas dos representantes do Comitê Gestor Local para as reuniões do Comitê Gestor Estadual) pudemos garantir um espaço para o acompanhamento e revisão

das atividades propostas no Seminário POL, e manter a articulação entre os Comitês. Ressaltamos que embora representantes dos Comitês Gestores Municipais tivessem assento no Comitê Gestor Estadual, nem sempre puderam, por questões financeiras¹⁷, estar presentes nas reuniões deste último, que aconteciam no Recife.

Lembremos que a instância deliberativa foi o Comitê Gestor Estadual, que, frente a impossibilidade muitas vezes de chegada dos participantes de Ouricuri, Trindade e Araripina, funcionava com instituições localizadas na capital do estado, afastadas do contexto dos municípios do Pólo. Assim, o Monitoramento possibilitou trazer elementos que subsidiaram a elaboração dos cursos de formação mais congruente à realidade dos três municípios.

A etapa de capacitação da rede no Pólo teve início com o Curso básico de Formação para o Enfrentamento em Rede, com uma carga de 40 horas/aula, que ocorreu em fevereiro de 2008. Em seguida, realizamos entre os meses de maio e junho de 2008 as oficinas temáticas, com 20 horas/aula cada. Ressaltamos que cada município teve a sua própria capacitação, sendo registrado um público de aproximadamente 54 pessoas em cada local, para as 60 vagas disponibilizadas.

Os temas abordados no módulo básico foram pactuados coletivamente nas Reuniões do Comitê Estadual, tendo como base a

¹⁵ Sublinhemos que algumas atividades consideradas mais simples, tinham prazos curtos para realização, ou para o início da mobilização que culminaria na sua consecução.

¹⁶ De acordo com a Matriz Metodológica de Disseminação do PAIR pelas Universidades, esta atividade deveria acontecer apenas na etapa de finalização do Programa nos municípios, quando o Pacto com a sociedade já estivesse assinado.

¹⁷ Os municípios alegavam falta de recursos para custear passagens e hospedagens dos representantes do Comitê em Recife.

Matriz do PAIR (2007), o DRP, o Relatório do Seminário POL e os relatos do Monitoramento. Tivemos o seguinte temário:

1. O papel das políticas no processo de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes – principais desafios no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil;
2. Violência sexual e marco conceitual;
3. Violência sexual e as políticas públicas (saúde, educação e assistência);
4. Intervenção básica nos casos de abuso e exploração sexual;
5. Rede de atenção às crianças e adolescentes;
6. Violência sexual: marco legal;
7. Pacto com a sociedade como estratégia de fortalecimento das ações.

Através de edital, pactuado com o Comitê Gestor Estadual, convidamos as diferentes instituições que atuam na área no estado, para proporem programas que abordassem cada temática/módulo, acima apresentados. Dentre as propostas apresentadas, selecionamos as do Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) e as do Centro de Cidadania Umbu-Ganzá.

Ao final do módulo básico, os participantes foram solicitados a responder algumas questões acerca dos conteúdos abordados, que forneceram um panorama dos conteúdos assimilados e das possíveis necessidades de aprofundamento, no

momento das oficinas, as quais ocorreram estrategicamente em momento posterior.

Em resumo, a impressão final a respeito do curso foi a de que o aprofundamento de pontos como o fluxo da rede, metodologias de atendimento, os marcos legais, a definição de como devem atuar os órgãos para constituir um atendimento em rede, e papel dos Conselhos Tutelares e de Direitos se faziam necessárias para organizar um trabalho mais eficaz dos atores. Tivemos então quatro oficinas com os seguintes temas:

1. Atribuições do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
2. Articulação em rede: intersectorialidade e integralidade;
3. Metodologias de atendimento psicossocial especializado;
4. Marco legal: defesa e responsabilização no combate à violência sexual.

Até aqui, apresentamos o modo como fomos (re)descrevendo o processo, ajustando o Programa ao cotidiano dos municípios. Passaremos então a apresentar os resultados alcançados, na perspectiva de compreender não apenas os avanços, mas também os retrocessos.

Os obstáculos

Nos três municípios, a primeira reunião de monitoramento das atividades do POL ocorreu em outubro de 2007. Ao longo do processo identificamos algumas dificuldades,

no processo de passar do papel à ação. Desde o primeiro encontro, mais do que dar receitas prontas para lidar com os obstáculos, buscamos afinar a escuta para identificá-los e mobilizar os recursos locais disponíveis de forma a levar adiante os compromissos firmados.

Alguns temas-chave chamam atenção no que se referem aos obstáculos, foram eles: a evasão dos integrantes dos Comitês; a inexistência/inoperância de Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente; e as eleições municipais. Assim, iniciemos por relatá-los, bem como as estratégias de enfrentamento em cada município. Em seguida, apresentaremos uma reflexão sobre os avanços alcançados. Reflexão que servirá de subsídio para a avaliação do processo, apresentada na última parte deste capítulo.

Evasão e rearranjos dos Comitês

Ao longo dos encontros de Monitoramento fomos percebendo uma crescente evasão por parte de alguns integrantes dos Comitês. Evasão que, em um determinado momento, se tornou crítica em Trindade.

Em uma de nossas visitas a este município, os integrantes do Comitê Gestor Municipal se posicionaram como incapazes de se reunir com os demais atores envolvidos nas atividades do POL, o que impossibilitava a continuidade do trabalho. Quase que conjuntamente se “demitiram” do “cargo”. Neste momento, foi preciso uma atitude enérgica da pessoa responsável pelo

monitoramento, apontado que, de fato, podiam desistir do pactuado no Seminário do POL, mas que precisavam, por compromisso com a sociedade local, encontrar pessoas que se dispusessem a levar o trabalho a diante. A partir de uma reflexão sobre responsabilidade, o trabalho foi encaminhado, sendo refeitos acordos e revistos prazos para início das atividades programadas.

Não obstante, neste município um real diferencial na realização do trabalho só aconteceu após a realização do Curso de Formação, ocasião onde, no momento final, ocorreu a reestruturação do Comitê Gestor Local e a reafirmação do compromisso com a implementação do PAIR no município. Os efeitos positivos dessa reconfiguração foram devidamente registrados na primeira reunião de monitoramento, após o curso (ocorrida em 1o de abril de 2008)

Na nossa interpretação, as falhas de comunicação e operacionalização que aconteceram em outro momento, talvez, tenham ocorrido por conta de uma incompreensão do que seria articulação da rede¹⁸. Assim, uma hipótese a ser considerada, que em certo sentido pode ser válida para os outros dois municípios, é a de

¹⁸ A dificuldade inicial de trabalhar em rede pôde ser observada durante a aplicação do Diagnóstico Rápido e Participativo. Após a participação na formação foi observado através do instrumento de avaliação que a noção sobre o trabalho em rede tornou-se presente para uma parte dos participantes.

que, por conta das informações acessadas durante o curso de formação, os participantes tenham adquirido a noção da importância do trabalho em rede, o que teria rebatimento no próprio Comitê (que deveria dar origem a dimensão mais política do trabalho em Rede). A partir deste momento, parcerias firmadas entre as secretarias municipais de educação e saúde, por exemplo, foram o ponta-pé inicial para a implementação de algumas atividades previstas no POL.

Em Ouricuri, a evasão foi referida como marcada pelo acúmulo de atribuições por parte dos integrantes do Comitê. Estes, além de seus empregos, tiveram que dedicar um tempo extra para as articulações necessárias à execução das atividades estabelecidas no POL. Também foi destacado o fato de que pelo menos sete integrantes residirem na zona rural de Ouricuri, dificultando o deslocamento dos mesmos para participarem dos encontros do Comitê e do próprio monitoramento.

Em função destas dificuldades, o Comitê passou a funcionar com dez atores, em média. Um número significativo, porém um pouco aquém do necessário para viabilizar as atividades estabelecidas. Esta redução refletiu no cansaço gradual destes atores, uma vez que, eles acabaram acumulando tarefas. Posteriormente, esta insatisfação culminou no afastamento de mais duas pessoas, complicando a situação.

Os motivos que levaram às desistências de alguns atores que compunham o Comitê foram discutidos com o grupo e resultou numa nova estratégia de articulação local, onde o Comitê passou a chamar mais

participação dos seus componentes e, também, comprometer nas atividades previstas atores-chave que não faziam parte do Comitê, mas estavam envolvidos com o PAIR, ou, mais amplamente, com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Vale aqui destacar uma compreensão equivocada que figurava nos três Comitês Locais: a de que os seus integrantes seriam responsáveis por planejar e executar as atividades previstas. Ao longo dos encontros de monitoramento foi sendo elucidado que a função dos Comitês era a de propor, mobilizar e legitimar atividades que, de certa forma, já estavam previstas no plano municipal de enfrentamento. Lembramos que, na ocasião do seminário do POL, para cada atividade proposta, um conjunto de parceiros havia sido identificado. A função do Comitê seria a de propor a atividade e articular os parceiros de modo que eles pudessem realizá-la.

Paulatinamente as tarefas foram redistribuídas, sendo acionados os parceiros. Esta modificação operacional foi avaliada positivamente e gerou nova mobilização dos atores. Do mesmo modo, foi ficando mais claro que uma mudança real e efetiva só seria possível com ações integradas, que priorizassem o fortalecimento de uma rede (acionar parceiros para além do Comitê) capaz de responder a esta demanda.

Em Araripina, logo nos encontros iniciais de monitoramento todo POL foi revisto e reavaliado. Foi feita nova estruturação do cronograma de execução, enfatizando o que se acreditava ser mais viável.

Ainda que em menor escala, também em Araripina a evasão aconteceu. Alguns integrantes alegaram indisposição em dar continuidade ao trabalho e outros, por conta da fragilidade da estrutura política, não tinham apoio e acabavam por desacreditar no seguimento do programa. Porém, as pessoas que permaneceram no Comitê buscaram apoio de outros atores sociais, substituindo alguns componentes deste Comitê Local por pessoas que estivessem dispostas a continuar o trabalho iniciado pelo PAIR. Para colocar em prática as atividades propostas no POL, algumas modificações também foram feitas no decorrer desse processo.

Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente

Não é demais ressaltar o papel fundamental dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, em particular, no combate à violência sexual. Imaginávamos no início do processo, antes de nossa chegada nos municípios, que seriam estas instâncias privilegiadas de interlocução, dando suporte político necessário para a concretização das atividades de enfrentamento. Além disso, o próprio CMDCA tem como uma de suas atribuições fiscalizar as políticas públicas municipais destinadas às crianças e adolescentes.

A compreensão de que inoperância (ou inexistência) dos CMDCA nos municípios comprometia o fazer do PAIR foi se fortalecendo ao longo do trabalho, não só entre os que compõem a equipe de

coordenação, mas também entre os integrantes dos três Comitês.

Araripina, por diferentes linhas de intervenções levadas adiante com a chegada do PAIR na cidade, teve seu Conselho reestruturado, inclusive com espaço próprio e equipamentos. Lembremos que já o Promotor, entrevistado na ocasião do DRP, apontou para a sua inoperância, afirmando que dobraria os esforços para fazê-lo existir. A reestruturação do Conselho, ainda que não formulada como atividade do POL, foi entendida como objeto de ação do Comitê para respaldar a concretização daquele documento.

O resultado disso foi que um representante de cada eixo estratégico do Comitê Gestor Municipal do PAIR passou a compor o Conselho de Direito. Em adição foi criado um Conselho da Juventude, iniciativa levada a diante pelos jovens que constituíram o eixo Protagonismo Juvenil durante o Seminário POL.

Em Trindade, a situação da ausência de um Conselho de Direitos operante se mantém. Ainda que reconheçam a necessidade de sua existência, os integrantes do Comitê não encontram caminhos (nem parecem ter disposição) para que este se torne operante.

Em Ouricuri a situação é mais complexa. O Comitê Gestor Municipal, reconhece o fato da inoperância do Conselho de Direitos como trazendo perdas para o município. Ao longo de 2008, por diversas vezes, este foi tema nas reuniões ordinárias do Comitê e nos encontros de Monitoramento, o que culminou com a inclusão de uma oficina temática específica sobre o tema na grade curricular do curso de

formação - “Atribuições dos Conselhos Tutelares e de Direito das Crianças e Adolescentes”.

Os participantes da oficina (muitos integrantes do Comitê) consideraram-na muito instrutiva, reforçando a importância e o desejo de terem o Conselho de Direitos funcionando no município. No entanto, permaneceram muitas dúvidas relacionadas aos trâmites legais de criação deste Conselho. Faltava naquele momento um suporte técnico para resolver as questões burocráticas necessárias para criação ou re-construção do CMDCA deste município.

Frente a demanda de Ouricuri e ao desejo incipiente de Trindade, e também respaldados nos marcos normativos, os quais instituem a necessidade de CMDCA operando nos municípios, solicitamos uma ajuda do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente para auxiliar neste processo. Nossos contatos no CEDCA não pareceram interessados naquelas demandas.

Apesar dessa mobilização para a formação do CMDCA, até outubro 2008, ocasião de nosso último contato presencial para avaliar os caminhos do PAIR nos municípios, existiam apenas os nomes das instituições convocadas e seus possíveis representantes, além de uma reunião marcada para programar a re-implantação do Conselho; mas ainda persistia a desinformação sobre os caminhos.

Eleições Municipais

2008, ano eleitoral. Não sabíamos ao certo sobre a dimensão do impacto desse

evento para a dinâmica dos municípios do sertão. Mas, os envolvidos no processo já assinalavam isso desde o início, vide os capítulos embasados no DRP. Ao longo dos monitoramentos e capacitações falaram do temor pelas eleições. Diziam se preocupar com o destino dos quadros formados por nós, com as reestruturações advindas com novos governos – lembrando que a maior parte dos profissionais que lidam diretamente com a questão em foco não pertence aos quadros efetivos das prefeituras.

Mas o problema veio antes. Já durante as oficinas, realizadas em maio e junho de 2008, o clima das eleições, das campanhas eleitorais, era perceptível. O fato é que, nos três municípios na medida em que as eleições se aproximavam, os Comitês (e as atividades) se desfaziam. Grande parte da equipe de trabalho se desmobilizou diante da falta de direcionamento das forças políticas locais em prol do andamento das atividades do PAIR, e o que fora observado no momento inicial, no tocante à desarticulação político-institucional, voltou a ocorrer com mais gravidade.

Concomitantemente a este fato, a suspensão da realização dos encontros de monitoramento também pode ter contribuído. Convém ressaltar que naquele momento, além dos recursos do projeto (inicialmente previsto para um ano, nesta altura já no seu décimo sétimo mês de atuação) estarem mais escassos, tivemos demora na avaliação de nossos pedidos de termos aditivo temporal e financeiro – impedindo que utilizássemos os recursos disponíveis e que chegássemos ao

Pólo em um momento profundamente delicado.

De fato, a eleição pode ser apontada como uma das maiores dificuldades de todo o processo de implementação do PAIR, pois com ela veio uma ruptura entre os membros dos comitês gestores municipais que se dividiram para trabalhar na candidatura de seus partidos. Isso fez com que objetivos pessoais e partidários tomassem a frente do trabalho que estava sendo realizado nos municípios. Sobre esse momento e seu impacto no PAIR, disse um integrante do Comitê Gestor Municipal: *“Cada um só pensou em si e no que poderia ganhar se seu candidato fosse eleito”*.

Avanços

Em que pese as dificuldades acima apontadas, o trabalho do PAIR no Pólo Gesseiro rendeu seus frutos, que vão além da formação de quadros capacitados para melhor lidar com a problemática em foco.

Em Araripina temos a criação dos Conselhos (CMDCA e o de Juventude); divulgação midiática de ações voltadas ao combate da violência sexual de crianças e adolescentes; esforços em ter maior articulação entre ações voltadas ao bem estar de crianças e adolescentes existentes nas diferentes secretarias municipais; palestras e campanhas voltadas ao esclarecimento da população sobre a problemática da violência sexual.

Em Trindade foram organizados ciclo de palestras educativas nas escolas municipais; foram elaborados instrumentos para a

melhoria nos serviços de atendimento às vítimas de violência sexual. Também foi divulgado, via internet – comunidade no site de relacionamentos *Orkut* e no *Portal Virtual da cidade* -, os espaços destinados às denúncias e troca de informações acerca da problemática do abuso sexual contra crianças no município.

Em Ouricuri destaca-se a mobilização para a re-implantação do Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente. Em adição, foi criado um espaço numa rádio local para debater o tema em questão. Uma linha telefônica de discagem gratuita (0800) foi instalada na sede do Conselho Tutelar para facilitar as denúncias de violência. Além desses avanços, destacamos uma pesquisa realizada por professores da rede municipal de ensino, coordenada por uma representante do Comitê. Este estudo serviu de base para elaboração de um projeto que tem como objetivo incluir, no calendário escolar de 2009, temas ligados à sexualidade, prevenção e combate à violência infanto-juvenil. A criação de uma Coordenadoria da Juventude também recebeu contribuições para sua efetivação vindas do PAIR. Este novo espaço para promoção do protagonismo juvenil é de fundamental importância para modificar a indesejável realidade local relacionada à violência em questão e ainda abriu espaço para os jovens mostrarem seus potenciais incentivando-os à participação política.

Considerações quase finais

Mais do que nos perguntarmos sobre avanços e retrocessos, a questão que

queremos nos fazer para finalizar este capítulo é a seguinte:

O que a experiência de implementar o PAIR nos três municípios pode nos ensinar sobre o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes?

Ao longo do trabalho observamos que é, sim, necessária a aquisição de conhecimentos que qualifiquem os profissionais envolvidos. Também é fundamental o entendimento das atribuições de cada profissional envolvido no enfrentamento da problemática, bem como a clareza sobre os fluxos, condições fundamentais para que o atendimento funcione em rede.

Não obstante, a experiência no Araripe aponta que, talvez, estes sejam os obstáculos de mais fácil resolução. Os profissionais que se envolveram nas capacitações estavam abertos para os conhecimentos novos e se mostraram dispostos a melhorar e otimizar suas ações. Estavam, sobretudo, sensíveis à problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Porque, do início ao (quase) fim de nosso trabalho (e um leitor mais atento deste nosso relato irá poder se antecipar e dizer:) os maiores obstáculos foram de ordem política. De uma micro e difusa política – que muitas vezes não é facilmente visível – mas que marca as interações e comprometem, lá na ponta, o enfrentamento da violência sexual.

Já registramos como a morosidade em implementar as ações do PAIR refletiram os embates de poder já no plano estadual. No plano municipal, também observamos, por exemplo, como a sensibilidade para deixar o

profissional de cada secretaria se envolver nas atividades do PAIR, também tinha uma marcação das relações de força entre aquelas.

Por outro lado, os integrantes dos Comitês reclamavam do acúmulo de atividades. Se não eram remunerados para isso, questionavam o fato de não terem as horas dedicadas ao Programa contabilizadas como carga horária de trabalho.

A comunicação frágil e as disputas entre as principais Secretarias Municipais comprometiam um dos principais requisitos para a atuação eficaz de qualquer política pública, a intersetorialidade: "articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social" (JUNQUEIRA & INOJOSA, 1997: 127). Mais uma vez, a "disputa por coisas miúdas" atrapalhou a implementação do programa.

Dentro desta conjuntura, destaca-se a influência peculiar das eleições. Chegada as campanhas eleitorais, todo este embate político de cunho partidário ficou mais evidente. A possibilidade de mudança na gestão acarretaria na saída dos cargos comissionados – como (não) se envolver?

Neste contexto, é de se ressaltar que outros programas, abordando a mesma temática, já haviam passado pelas cidades, inclusive, levados a diante pelas duas ONGs que foram nossas parceiras ao longo do processo (Umbu-Ganzá e CENDHEC). Mas, a impressão que os profissionais das ONGs tinham e que nós compartilhávamos era a de

estarmos chegando em um ambiente onde pouco havia sido feito a respeito.

O fato é que as pessoas que receberam estas formações pareciam ter sido desconsideradas. Pareciam não terem tido renovação de seus contratos com as mudanças precedentes dos governos municipais. A possibilidade de descontinuidade das ações se afigurava de quatro em quatro anos. Parecia chegar a vez de também o PAIR sofrer com este fenômeno sazonal – talvez de efeito mais nefasto, para os assistidos pelos programas sociais, do que a seca que afeta a região.

O temor dos integrantes dos Comitês, no momento pós-eleitoral, era o de que os novos governantes não viessem a entender a importância teórico-prática dos trabalhos até então desenvolvidos. Ademais, outra prática, que tem suas bases na cultura da região e que interfere na forma de pensar e executar políticas públicas, são os “favores políticos”. Infelizmente ainda é muito comum na região a política ser usada indevidamente para gerar empregos, criando um ciclo pernicioso de troca de favores onde o serviço público ganha status de privado, servindo para o individual e não mais para o coletivo.

Assim, como boa parte das pessoas que desempenham funções públicas tem vínculo estabelecido através de cargo comissionado, fica difícil articular uma ação em rede, pois estes vínculos são temporários. Para que o tudo que se fez não se esvaneça faz-se necessário criar formas de garantir a atuação destas pessoas com aquilo para a qual foram formadas.

Alguns atores contatados destacaram a importância política do governo estadual como um possível articulador deste processo. Neste contexto percebemos, mais uma vez a falta de CMDCA atuando nos três municípios. Pois, talvez estes, se fortalecidos politicamente, pudessem exercer aquele lugar que tão enfaticamente questionamos no capítulo anterior, onde apresentamos as conclusões do DRP. Esta questão hoje, depois de 27 meses de trabalho, se torna para nós, ainda mais eloquente: Que instância/instituição pode se responsabilizar por estar constantemente (re)tecendo a rede?

Algo há de ficar!

O pacto com a sociedade, penúltima ação do PAIR, estava previsto para acontecer antes mesmo das eleições de 2008, mas em virtude da complexidade política vivida nos municípios adiamos essa ação para um momento mais propício. Resolvemos esperar pela nova configuração de forças nos municípios, para ver o que poderíamos resgatar do trabalho desenvolvido e, principalmente, com quais atores sociais contar. Haveria alguma possibilidade de continuidade na interlocução? Eram essas as nossas questões.

Mas, hoje, e para além do Pacto vir a acontecer, a questão maior é: algo do que fizemos vai ficar?

Estamos no momento <março de 2009> em mais uma rodada de interlocução, daquilo que se vem chamando de Articulação Política. Desta vez (ou mais uma vez – e foram tantas vezes que recorremos a ele) com o governo estadual, de modo a que, juntos, possamos procurar os novos governos municipais, na tentativa de que nem tudo, daquilo tudo que coletivamente fizemos, vire pó...

Nosso alento é que acreditamos que algo, sim, há de ficar!

Não apenas lembranças pessoais, que serão acionadas, quem sabe, na coleta de dados de um próximo programa, como reminiscências de um Programa que passou, e que, como tantos outros do gênero, foi desmantelado pelo Novo que chegou.

Também como inscrição na memória coletiva nos/dos tempos modernos, proporcionado pela escrita desta obra, como o PAIR-Pernambuco no Pólo Gesseiro. Programa que, entre avanços e retrocessos, chegou e mexeu com o Araripe.

Isto se os achados e as reflexões aqui apresentadas puderem mobilizar novas ações de promoção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, no Araripe, em Pernambuco, e alhures.

Referências

- ABRPIA (s/d). *Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil Relatório Cumulativo: (6 anos) Período: janeiro de 1997 a janeiro de 2003*. Retirado em 13/04/2005, do ABRPIA no World Wide Web <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Graficos.htm>
- ADVOCACI (2003). *Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos. Síntese para gestores, legisladores e operadores do direito*. Rio de Janeiro: Advocaci.
- AMAZARRAY, M. e KOLLER, S. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicol. Reflex. Crit.*, 11(3).
- AYRES, J.; CALAZANS, G. e FRANÇA JR., I. (1998). Vulnerabilidade do adolescente ao HIV/AIDS. In: VIEIRA, E.; FERNANDES, M.; BAILEY, P. e MCKAY, A. (Orgs.) *Seminário "Gravidez na Adolescência"*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família/Women's Studies Project/Family Health International/Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.
- AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. (2000). *Infância e violência doméstica*. São Paulo: LACRI/USP.
- BASTOS, A.; SANTOS, J. e ALCANTARA, M. (2002). Novas Famílias urbanas. In: CARVALHO, A. M.; KOLLER, S.; LORDELO, E. (Org.). *Infância brasileira: contextos de desenvolvimento*. Salvador: Edufba.
- BERQUÓ, E. (1998a). Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. V. 1. Brasília: CPND.
- BERQUÓ, E. (1998b). Rearranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. (org.) *História da vida privada IV: contrastes a intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMINHOS (s/d). Mapa dinâmico. In: *Matriz intersetorial de enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e*

Referências

- adolescentes*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos. Retirando em 09/09/2008 do Site Caminhos no World Wide Web http://www.caminhos.ufms.br/matrizdados/mapa_matriz.html
- BRASIL (1990). *Estatuto de Criança e do Adolescente*. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL (2003a). *Nota sobre a campanha de carnaval*. Retirando em 09/09/2003 do Programa Nacional de DST/AIDS no World Wide Web http://www.aids.gov.br/final/imprensa1/carnaval_2003_porque.htm.
- BRASIL (2003b). *Boletim Epidemiológico – AIDS*. Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL (2005). *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 1940. São Paulo: Saraiva.
- BRUSCHIN, M. (1981). A Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, 36.
- CABRAL, C. (2003) Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2).
- CALAZANS, G. (2000). Cultura adolescente e saúde: perspectivas para investigação. In: OLIVEIRA, M. *Cultura, Adolescência, Saúde: Argentina, Brasil e México. Campinas, Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina*. CEDES/COLMEX/NEPO-UNICAMP.
- CARVALHO, A. M.; KOLLER, S. e LORDELO, E. (Org.) (2002). *Infância brasileira: contextos de desenvolvimento*. 1a ed. Salvador: Edufba.
- CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. e SILVA, L. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO.
- CAVASIN, S. e ARRUDA, S. (1998). Educação sexual e comunicação para adolescentes. In: VIEIRA, E.; FERNANDES, M.; BAILEY, P. e MCKAY, A. (Orgs.) *Seminário “Gravidez na Adolescência”*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família/Women’s Studies Project/Family Health International/Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.
- COSTA, J. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DA SILVA, S. (2002). Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 22, n. 57.
- DAMATTA, R. (1985) *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- DAMATTA, R. (1987) A Família como Valor: Considerações não-familiares sobre a Família Brasileira. In: Espaço e Tempo. (Org.). *Pensando a Família no Brasil: da Colônia a Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- DREZETT, J. (2000) Aspectos Biopsicossociais da Violência Sexual. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, 22.

- ELIAS, N e SCOTSON, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FALEIROS, E. (2004) A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.) *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo/Goiânia: Casa do Psicólogo/Universidade Católica de Goiás.
- FUNDAJ (2006). *Pesquisa: condições de vida dos adolescentes e jovens urbanos dos municípios de Trindade, Araripina e Ouricuri*. Relatório Final. Recife: FUNDAJ.
- FREUD, S. (1997/1905) *Três ensaios sobre a sexualidade infantil*. Rio de Janeiro: IMAGO.
- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- GOLDANI, A. M. (2005). Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopia. In: *Anais da ABPE – 2005*. Retirado em 05/02/2009 da Associação Brasileira de Estudos Populacionais no World Wide Web <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnaMariaGoldaniFamilia2005.pdf>.
- IBGE (s/d). *Síntese de indicadores sociais*. Retirado em 13/04/2005, do IBGE no World Wide Web <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/13042004sintese2003html.shtm>.
- JUNQUEIRA, L. A. P. & INOJOSA, R. M. (1997). *Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária*. São Paulo: FUNDAP.
- LEAL, O. e FACHEL, J. (1999). Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. e BRANDÃO, E. (Orgs.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- LIBÓRIO, R. M. C. e SOUSA, S. M. G. (2004). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo/Goiânia: Casa do Psicólogo/Universidade Católica de Goiás.
- MEC/EJA. (1999). *Educação de Jovens e Adultos - Parâmetros em Ação*. Brasília: MEC/EJA.
- MENEZES-SANTOS, J. A. e CASTRO, L. R. (2006). Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade. *Revista Psicologia Política*, v. 6.
- MONTEIRO, S. (1999). Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M. e BRANDÃO, E. (Orgs.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- PADILHA, M. e GOMIDE, P. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estud. psicol. (Natal)*, 9(1).
- PAIR (2007). *Diagnóstico rápido participativo – manual de aplicação dos roteiros de entrevistas*. Retirado em 06/02/2009 do Sistema de Gestão do PAIR

Referências

- no World Wide Web
<http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=60>.
- PAIVA, V. (2000). *Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de AIDS*. São Paulo: Summus.
- PAIVA, V. (2002). *Sem mágicas soluções: a prevenção ao HIV e à AIDS como um processo de “emancipação psicossocial*. In: PARKER, R. e TERTO JR. V. (orgs.) *Aprimorando o debate: respostas sociais frente à AIDS: anais do seminário: prevenção à AIDS: limites e possibilidades na terceira década*. Rio de Janeiro: ABIA.
- PANTOJA, A. (2003) “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2).
- PARKER, R. e AGGLETON, P. (2001). *Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA.
- PARKER, R. e CAMARGO JR., K. (1999). Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. In: *Sobre a epidemia da AIDS no Brasil: distintas abordagens*. Brasília: Ministério da Saúde.
- PERES, W. (2004) Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, A.; RIOS, L. e PARKER, R. (Orgs) *Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 2004.
- PETCHESKY, R. (1999). Direitos Sexuais: Um Novo Conceito na Prática Política Internacional. In: BARBOSA, R. e PARKER, R. (orgs.) *Sexualidades pelo Avesso: direitos, Identidades e Poder*. São Paulo: Editora 34.
- PIMENTA, C.; RIOS, L.; BRITO, I.; TERTO JR., V. e PARKER, R. (2000). *Passagem segura par a vida adulta: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: ABIA.
- PIOVESAN, F. e PIROTTA, W. (2003). Os direitos humanos das crianças e dos adolescentes no direito internacional e no direito interno. In: PIOVESAN, F. (org.) *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limond.
- PNUD. (2003) *Atlas do desenvolvimento humano do Brasil*. Retirado em 06/02/2009 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no World Wide Web <http://www.pnud.org.br/atlas/>.
- QUADROS, M. (2004). *Homens a e contracepção: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife*. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA (2004). *Um Brasil pra as crianças – a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência*. Brasil: RMAC.
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE (2004). *Adolescentes, saúde sexual saúde reprodutiva: Dossiê*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde.
- RIBEIRO, J. (2003). “Brincar de ousadia”: sexualidade e socialização infanto-juvenil

- no univeros de classes populares. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2).
- RIOS, L. F. (2002). Quando o assunto é cultura sexual: um “olhar sobre a mídia”. CCR (org.) *Olhar sobre a Mídia*. Belo Horizonte: Mazza.
- RIOS, L. F. (2003). Se morrer, já fui tarde... Notas sobre trajetórias de vida de homens com práticas homossexuais. *Divulgação em Saúde para Debate*, 29.
- RIOS, L. F. (2004). *O Feitiço de Exu - Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado (Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RIOS, L.; PIMENTA, C., BRITO, I., TERTO JR, V. e PARKER, R. (2002). Rumo à adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cad. CEDES*, Campinas, 22 (57).
- SEDCA/SEDH/PR (2004). *Relatório da oficina de trabalho: criança e adolescência: sexualidade x violação de direitos. Promovida pela Secretaria Especial para Direitos da Criança e do Adolescente da Presidência da República do Brasil*. Mimeo, Brasília.
- SEGRE, M. (1998). Direitos Humanos Atinentes à Sexualidade. In: ARILHA, M. e CITELI, M. T. (Orgs.) *Políticas, Mercado, Ética: Demandas e desafios no Campo da Saúde Reprodutiva*. São Paulo, SP: CCR e Editora 34, 1998.
- SEIXAS, A., 1999. Abuso sexual na adolescência. In: SCHOR, N.; MOTA, M. e CASTELO BRANCO, V. (Orgs.) *Cadernos: juventude, saúde e desenvolvimento. V. 1*. Brasília: Ministério da Saúde.
- UNICEF (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança. Adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989*. Retirado em 21/01/2004 da UNICEF no World Wide Web http://www.unicef.org/brazil/dir_cri.htm.
- UNICEF (2002). *Um mundo para as crianças: relatório da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança: as metas para o milênio*. Nova York: Nações Unidas, 2002.
- VIANNA, A. e LACERDA, P. (2005). *Direitos e políticas sexuais no Brasil – o panorama atual*. Rio de Janeiro: CLAM/IMS.
- VIEIRA, E.; FERNANDES, M.; BAILEY, P. e MCKAY, A. (Orgs.) (1998). *Seminário “Gravidez na Adolescência”*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família/Women’s Studies Project/Family Health International/Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

Sobre os autores

Clebes dos Ramos Silva foi estagiário do PAIR-PE, atualmente é mestrando em Psicologia pela UFPE.

Cristiano Soares foi estagiário do PAIR-PE, atualmente é graduado em Psicologia pela UFPE.

Eliane de Aguiar é pedagoga, Técnica da PROEXT/UFPE, foi integrante da equipe de coordenação do PAIR-PE.

Emilia Bezerra de Miranda é Mestre em Psicologia pela UFPE, foi assessora técnica do PAIR-PE

Jaileila de Araújo Menezes-Santos é Doutora em Psicologia, professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE e foi integrante da equipe de coordenação do PAIR-PE

Kátia Melo foi estagiária do PAIR-PE, atualmente é graduada em Pedagogia pela UFPE.

Luís Felipe Rios é Doutor em Saúde Coletiva, professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE, e foi integrante da equipe de coordenação do PAIR-PE.

Marina Ester Pereira dos Prazeres foi estagiária do PAIR-PE, atualmente é graduada em Pedagogia pela UFPE.

Miriam Maia é Assistente Social, Técnica da PROEXT/UFPE, foi integrante da equipe de coordenação do PAIR-PE.

Anexos

Anexos

ANEXO I: Entrevistados em Trindade

Inserção dos entrevistados	Quant.
Eixo Defesa e Responsabilização	
Conselho Tutelar (conselheiros)	02
Juiz	01
Promotor	01
Polícia Militar	01
Polícia Rodoviária	01
Eixo CMDCA	
Representantes	02
Eixo Atendimento e Prevenção	
Programa Sentinela (coordenadora e psicóloga)	02
PSF (Agente Comunitário, Médico e Enfermeira)	03
Educação (Coordenadora de Ensino do Município, Coordenadora pedagógica de escola)	02
Hospital (Enfermeira)	01
Programa Papel da Terra (coordenadora)	01
Eixo Comunidades	
Esse eixo não pôde ser contemplado	
Eixo Movimentos Sociais	
Associação da Juventude (Presidente)	01
Pastoral da Criança (Presidente)	01
Lideranças Jovens Gays	02
Associação das Mulheres de Trindade (articuladora política)	01
ONG Nasce (presidente e vice-presidente)	02
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	02
Outros	
SINDUGESSO (Vice-presidente)	01

Eixos	TOTAL
Atendimento e Prevenção	09
Movimentos Sociais	09
CMDCA	02
Defesa e Responsabilização	06
Comunidades	00
Outros	01
Total	27

Anexo II: Entrevistados em Araripina

Inserção dos entrevistados	Quant.
Eixo Defesa e Responsabilização	
Conselheiros tutelares	01
Promotor	01
Polícia Militar	01
Polícia Rodoviária	01
Eixo Atendimento e Prevenção	
EDUCAR (agente/educadora social)	01
Programa Sentinela (Psicóloga)	01
Escola (Professora)	01
PETI (Coordenadora)	01
Centro de Saúde (Enfermeira)	01
Eixo CMDCA	
Não aconteceram entrevistas	00
Eixo Comunidades	
Bordeis (Prostitutas)	03
Líderes	14 ¹⁹
Líderes	02
Eixo Movimentos Sociais	
Não aconteceram entrevistas	00

Eixos	TOTAL
Atendimento e Prevenção	05
Movimentos Sociais	00
CMDCA	00
Defesa e Responsabilização	04
Comunidades	19
Total	28

¹⁹ Entrevista feita de forma coletiva.

Anexos

Anexo III: Entrevistados em Ouricuri

Inserção dos entrevistados	Quant.
Eixo Defesa e Responsabilização	
Conselho Tutelar	02
Delegado	01
Juiz	01
Polícia Militar ²⁰	01
Polícia Rodoviária ²¹	01
Eixo CMDCA	
Representante CMDCA	01
Eixo Atendimento e Prevenção	
Programa Sentinela	01
EDUCAR	01
Secretária de Saúde	01
Hospital (Enfermeira)	01
Secretaria de Educação (Coord. de programas e projetos educacionais)	01
PETI	01
Eixo Comunidades	
Associação de Moradores (Líderes comunitários)	3
Eixo Movimentos Sociais	
Pastoral da Criança	1
Outros	
Clube dos Castores	1

Eixos	TOTAL
Atendimento e Prevenção	06
Movimentos Sociais	01
CMDCA	01
Defesa e Responsabilização	06
Comunidades	03
Outros	01
Total	18

²⁰ Entrevista realizada em Ouricuri, entretanto os dados se referem aos três municípios investigados.

²¹ Entrevista realizada em Ouricuri, entretanto os dados se referem aos três municípios investigados

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO 21 x 21 cm
TIPOLOGIA Times New Roman
PAPEL MIOLO: Off-set - 75g/m²
CAPA: Triplex 270 - g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea

Recife | PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

www.ufpe.br/editora • edufpe@nlink.com.br • editora@ufpe.br